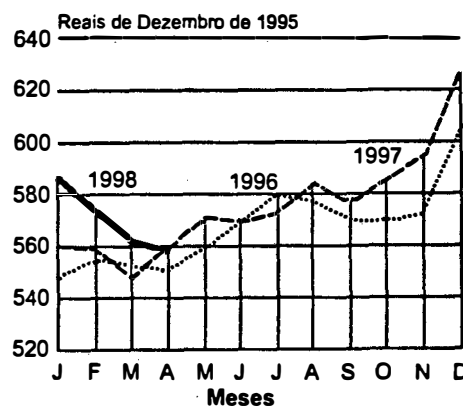
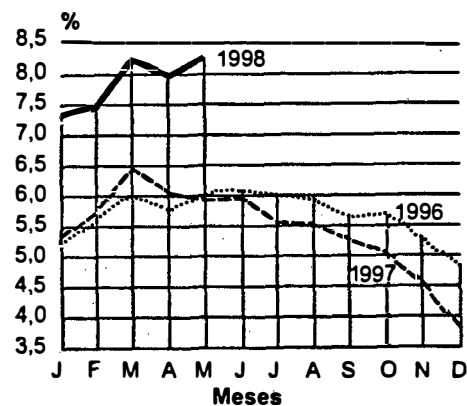


**Renda Real Média - Brasil  
Metropolitano (PME/IBGE)**



**Taxa de Desemprego - Brasil  
Metropolitano (PME/IBGE)**



## ÍNDICE

### Editorial

### A Opinião dos Atores

**Alguns Equívocos do Senso Comum  
Sobre o Trabalho de Crianças**  
Suzanna Sochaczewski - PÁG 5

**O Trabalho Infantil no Mundo**  
Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela - PÁG 9

**Trabalho Infantil e Comércio Internacional**  
Oded Grajew - PÁG 13

**Panorama Geral - PÁG 15**

**Conjuntura Macroeconômica - PÁG 17**

**Análise do Mercado de Trabalho - PÁG 21**

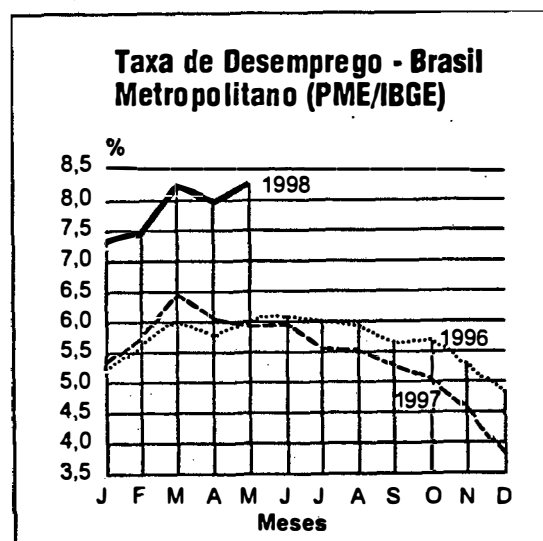
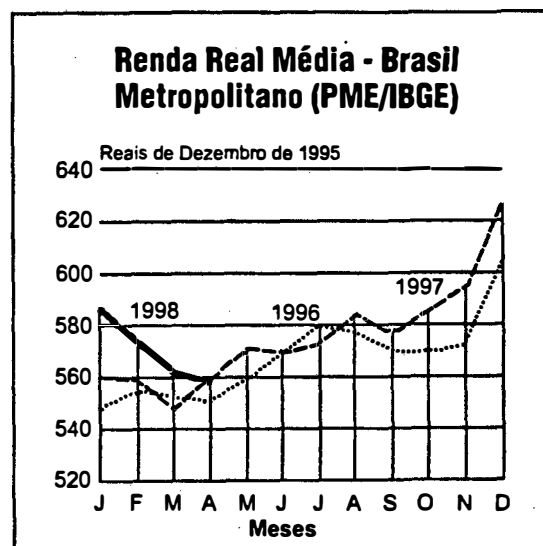
- 5.1. Tendências demográficas
- 5.2. Nível e composição da ocupação
- 5.3. Informalidade
- 5.4. Desemprego
- 5.5. Seguro-desemprego
- 5.6. Rendimentos
- 5.7. Produtividade
- 5.8. Atividade sindical

**Nota Técnica - PÁG 29**

**Geração de Empregos e Realocação Espacial no  
Mercado de Trabalho**

Ricardo Barros  
Sergio Firpo  
Lauro Ramos

**Anexo Estatístico**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO**

**MINISTRO**  
Paulo Paiva

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**  
Martus Tavares

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**

**MINISTRO**  
Edward Amadeo

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**  
Antonio A. J. Anastasia

---

***ipea*** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

*O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro do Planejamento e Orçamento na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscais, financeiras, externa e de desenvolvimento setorial.*

**PRESIDENTE**  
Fernando Rezende

**DIRETORIA**  
Claudio Monteiro Considera  
Gustavo Maia Gomes  
Luis Fernando Tironi  
Luiz Antonio de Souza Cordeiro  
Mariano de Matos Macedo  
Murilo Lôbo

**COORDENADOR GERAL DO PROJETO MTB/IPEA**  
Ricardo Paes de Barros

**CORPO EDITORIAL**

**EDITOR RESPONSÁVEL**  
Lauro Ramos (Dipes/IPEA)

**EDITOR ASSISTENTE**  
Luiz Eduardo Parreiras (IPEA)

**ESTAGIÁRIOS**  
Marcelo de Ávila\*  
Diogo Pessanha\*

**CONJUNTURA MACROECONÔMICA**  
Grupo de Acompanhamento Conjuntura  
(GAC) da Dipes/IPEA

**PROGRAMADOR SAS**  
Marcio Duarte Lopes\*

*As opiniões emitidas em Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Planejamento e Orçamento nem do Ministério do Trabalho.*

**AGRADECIMENTOS**

*Ao Ministério do Trabalho, ao IBGE, à Fundação SEADE, ao Dieese e ao Boletim de Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ por cederem os dados necessários à elaboração deste Boletim.*

**PROJETO GRÁFICO Nelson Cruz**

**SERVIÇO EDITORIAL**

\* Bolsista ANPEC

---

**RIO DE JANEIRO, RJ**  
Av. Presidente Antonio Carlos, 51  
14º andar - CEP 20020-010  
Tel.: (021) 220-5533  
Fax: (021) 240-1920

**BRASÍLIA, DF**  
SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES  
10º andar - CEP 70076-900  
Tel.: (061) 315-5088  
Fax: (061) 315-5314



Como não podia deixar de ser, a análise da conjuntura do mercado de trabalho das seis maiores regiões metropolitanas está marcada pela importância de compreender as razões e significados da súbita elevação da taxa de desemprego neste início de ano. A mudança de patamar ocorrida (de 6% para 8%), numa primeira avaliação imputada integralmente ao choque dos juros de outubro último, está ainda a requerer novas luzes que permitam seu total esclarecimento. O último número deste Boletim apontou a necessidade de um melhor entendimento da dinâmica da oferta de trabalho, cujo comportamento indicava, mais que a queda observada no nível de ocupação em janeiro, ser ela a principal responsável pelo agravamento do desemprego.

A evolução do mercado de trabalho nos meses seguintes, com a manutenção do quadro delineado em janeiro, possibilita novos ângulos de análise, tarefa à qual este número se dedica. Nesse sentido, o comportamento da taxa de participação é tomado como referência para uma avaliação mais detalhada dos movimentos da oferta, o que faz ressaltar, por um lado, o papel de seu aspecto demográfico, ao mesmo tempo em que chama a atenção, por outro lado, para a insuficiência que a demanda vinha demonstrando, pelo menos até alguns meses atrás. Também a queda observada na renda real é discutida neste número, ainda que de forma preliminar, não se podendo asseverar, por ora, que se trata de um ajustamento do mercado ao aumento do desemprego.

A seção "A Opinião dos Atores", que abre este Boletim, traz à discussão um problema candente, que deve mobilizar os mais diversos segmentos sociais na busca de ações verdadeiramente eficazes para a sua solução: o trabalho infantil. Objeto de um esforço concentrado da OIT, tratada como questão prioritária em seu último encontro anual, em junho passado, cresce em todo o mundo a consciência da impossibilidade de se conviver com a exploração do trabalho infantil. O primeiro texto, elaborado a partir de uma pesquisa realizada pelo DIEESE, traz uma contribuição preciosa ao discutir os vários matizes que a defesa do trabalho infantil adquire no imaginário da sociedade. O texto do ator governo situa, com informações da OIT, essa situação no mundo atual, mostrando a amplitude do problema e as dimensões que ele adquire em vários contextos nacionais. É apresentada também a perspectiva com que a questão vem sendo encarada pelo governo e os avanços que têm sido alcançados. Finalmente, o setor empresarial contribui com uma intervenção que se coloca na linha do esforço de superação -entre nós- dessa chaga, desenhando uma proposta de ação na qual ressalta a sua inescapável dimensão política.

Voltando ao tema do emprego/desemprego, a "Nota Técnica" deste número investiga, com resultados interessantes, a questão de se os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, pelo fato de serem restritos à realidade das seis maiores regiões metropolitanas, estão -ou não- refletindo adequadamente a dinâmica do mercado de trabalho do conjunto do país.



## Alguns Equívocos do Senso Comum sobre o Trabalho de Crianças

**D**ados recentes sobre o trabalho de crianças, com idade entre cinco e catorze anos, não estão de acordo com a chegada de um novo milênio e, menos ainda, com o progresso científico e tecnológico alcançado pela humanidade. Entretanto, ao lado de conquistas como as da engenharia genética ou da comunicação eletrônica, só para citar duas delas, 250 milhões de crianças trabalham em todo o mundo, sendo que quase a metade delas em tempo integral.

Hoje, em toda a parte, o crescimento do setor de serviços, dos empregos de meio expediente e de relações de trabalho precarizadas facilita a entrada de crianças no mercado de trabalho. Se a isso se acrescenta as precárias condições de vida de grande parte da população nos países pobres ou em desenvolvimento e de alguns grupos sociais nos chamados países ricos, está completo o quadro que leva crianças com menos de quinze anos a trocar a escola e o brincar pelo trabalho, ou, na melhor das hipóteses, a tentar compatibilizar essas três atividades.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, em 1995 trabalhavam pouco mais de 3.800.000 crianças entre cinco e catorze anos. Destas, em torno de 60% estavam no campo e 40% nas cidades.

Não se trata de repensar a possibilidade, oportunidade ou viabilidade do trabalho antes dos catorze anos. De acordo com todos os códigos, estatutos e normas relativas a direitos humanos, criança não deve trabalhar. A infância deve ser considerada como uma fase da vida dedicada à educação e à formação que, em seus sentidos mais amplos, incluem o desenvolvimento de aspectos físicos, psicológicos, emocionais, intelectuais e sociais.

Trata-se, então, de procurar meios e formas para erradicar o trabalho na infância, envolvendo os diferentes atores sociais, através de programas e políticas econômicas e sociais e de projetos culturais. É necessário algo que vá além ou que seja mais eficaz que a proibição legal, pois proibido o trabalho infantil já é.

Um diagnóstico preliminar do Ministério do Trabalho, realizado em 1996, identifica se-

tenta e cinco tipos de atividades exercidas por crianças e adolescentes no mercado de trabalho brasileiro. Algumas dessas atividades apresentam riscos e impactos evidentes e imediatos. Entre elas, estão o trabalho na cultura da cana de açúcar, do sisal e da erva mate, nas carvoarias, nas cerâmicas e olarias, na produção de calçados, nas serrarias, na indústria moveleira e nas madeireiras. Todas essas atividades têm um alto índice de acidentes e apresentam riscos físicos, ergonômicos, mecânicos, biológicos e químicos. Ninguém duvida que esse trabalho, considerado perigoso, insalubre ou pesado até para adultos, seja inteiramente inadequado para crianças.

Os meios de comunicação têm denunciado esse tipo de trabalho infantil, apresentando-o, com razão, como imediatamente intolerável o que tem provocado uma forte indignação social, levando a providências imediatas, embora restritas a cada caso específico. A desfaçatez com que empregadores ou intermediários justificam e defendem a existência e continuidade desse tipo de trabalho, alegando as necessidades da própria criança e de sua família, torna mais fácil o repúdio social e faz com que se procure soluções rápidas que interrompam o círculo vicioso miséria-trabalho-miséria.

Entretanto, há um outro tipo de trabalho exercido por crianças no Brasil, hoje, que envolve uma série de atividades não consideradas insalubres, perigosas ou pesadas quando exercidas por adultos. Porém, no caso de crianças esse trabalho se mostra tão danoso quanto aquele que mutila física e socialmente de forma evidente e imediata. Inclui-se aí a maior parte do trabalho infantil que se realiza no meio urbano.

As crianças exercem atividades comuns em grandes cidades, como vendas no balcão ou na rua, serviços pessoais e emprego doméstico, serviços especializados, todo o tipo de entregas. São ajudantes de produção na indústria ou artesanato, fazem serviço de segurança, trabalham em escritórios, enfim, é quase infundável a lista das ocupações de crianças trabalhadoras no meio urbano.

Uma criança pobre trabalhando numa grande cidade não provoca, hoje em dia,

\*. Socióloga, membro da CET - Coordenação de Educação e Treinamento do DIEESE.

nem surpresa nem indignação. Aliás, o que as pessoas sentem é um certo alívio pelo fato das crianças não estarem pedindo esmola nas esquinas, cheirando cola pelas praças ou dormindo embaixo dos viadutos. E se atribui ao trabalho a responsabilidade pelo milagre de tirá-las das ruas e inseri-las, desde já, no bom caminho. Como se a única alternativa à marginalidade na infância fosse o trabalho.

Como esse tipo de atividade não é, em si, penosa, perigosa ou insalubre, o fato de serem exercidas por crianças, que deveriam estar estudando ou brincando, é rapidamente naturalizado pela sociedade, incorporando-se ao cotidiano das cidades.

Entretanto, uma pesquisa recente sobre o trabalho antes dos catorze anos nas grandes cidades<sup>2</sup> mostra que a grande maioria das crianças entrevistadas estão defasadas nos estudos, não se interessam pela escola, não brincam regularmente, não praticam esportes, enfim não estão se desenvolvendo de forma harmoniosa para chegar à idade adulta preparadas para a vida.

Um dos argumentos mais comuns, e nem por isso menos equivocado, para justificar o trabalho de crianças é que se trata de atividades leves, eventuais e próprias da infância. Na verdade, diz-se que as crianças ajudam mais do que trabalham. Não foi isso que os resultados da pesquisa realizada pelo DIEESE mostraram. Em todas as cidades pesquisadas, cerca de 60% das crianças trabalham mais de quatro horas por dia e foram registradas jornadas diárias que ultrapassam as oito horas regulamentares do mundo de trabalho adulto. Em São Paulo, por exemplo, quase um terço trabalha de sete a doze horas diárias e a maioria durante cinco dias na semana.

Finalmente, o que agrava ainda mais as condições em que a atividade é exercida é que um percentual significativo das crianças trabalha em tempo integral, cumprindo, muitas vezes, uma parte da jornada à noite.

Essas características - longas jornadas diárias, cinco ou mais dias trabalhados por semana, trabalho noturno e em tempo integral - atestam o caráter penoso da atividade e a impossibilidade de convivência de trabalho com as outras atividades próprias da infância, já em termos de tempo.

Outro equívoco bastante comum com relação a crianças trabalhadoras é acreditar que seu trabalho ajuda de forma decisiva a família. Em todas as capitais pesquisadas pelo DIEESE, variaram de 55% a 71% os percentuais de crianças ganhando até um salário mínimo.

### Jornada diária de trabalho - 1995/96 (Em %)

CIDADE	MAIS DE 7 ATÉ 12 HORAS	INTEGRAL, INCLUINDO TRABALHO NOTURNO
Belém	23	20
Recife	20	14
Goiânia	26	15
Belo Horizonte	9	18
São Paulo	28	12
Porto Alegre	16	17

Fonte: DIEESE.

Mais ainda, segundo a PNAD/95, em todo o Brasil, abrangendo atividades nas cidades e no campo, 92,3% das crianças trabalhadoras, entre cinco e nove anos, não recebem qualquer tipo de remuneração.

Não se trata de reivindicar o pagamento previsto em lei para crianças que trabalham. O que se quer é que seja cumprido o direito que crianças têm de somente estudar e brincar até os catorze anos. O que se quer é o fim desse trabalho. Entretanto, é impossível deixar de apontar a vergonhosa exploração de crianças que fazem trabalho de adulto, cumprem longas jornadas diárias e semanais, não tem qualquer tipo de proteção legal, tudo isso por uma remuneração indigna sob qualquer ponto de vista.

Por outro lado, sabemos que as famílias pobres e até as chamadas remediadas adotam uma das estratégias mais conhecidas para superar as limitações de rendimentos individuais extremamente baixos: o ingresso no mercado de trabalho do maior número possível de membros da família. Essa medida leva, no limite, ao trabalho de crianças como última tentativa de aumentar a renda familiar e a considerar benvindo qualquer ganho adicional ou mesmo a ajuda no desempenho da própria atividade.

Mas o que deve ser discutido é se o trabalho de crianças é a única, a mais fácil, a mais indicada opção para complementar a renda familiar. E o que é importante, a eficácia dessa estratégia. Será que um aumento gradativo do salário mínimo, uma distribuição equitativa dos ganhos de produtividade entre o capital, os salários e os consumidores, uma política de renda mínima, bolsas escolares, programas de geração de emprego e renda, entre outras políticas públicas, não substituem com vantagem o trabalho de crianças?

Os dados relativos à repetência encontrados na pesquisa são assustadores. Os per-

<sup>2</sup> Ver a pesquisa realizada pelo DIEESE/CNTE, "O Trabalho tolerado de crianças até catorze anos em seis capitais brasileiras". As cidades pesquisadas foram Belém, Recife, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

**Remuneração - 1995/96**  
(Em %)

CIDADE	ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO	DE MEIO A UM SALÁRIO MÍNIMO
Belém	42	25
Recife	40	24
Goiânia	40	31
Belo Horizonte	29	28
São Paulo	52	20
Porto Alegre	36	19

Fonte: DIEESE.

**Repetência - 1995/96**  
(Em %)

CIDADE	REPETÊNCIA
Belém	74
Recife	76
Goiânia	62
Belo Horizonte	51
São Paulo	62
Porto Alegre	62

Fonte: DIEESE.

centuais estão acima dos 50% em todas as cidades, ou seja, mais da metade das crianças entrevistadas já repetiu de ano, pelo menos uma vez.

Segundo as próprias crianças, uma das principais causas para a repetência, além de uma escola pouco motivadora, que não provoca interesse no aluno e onde aprender é muito difícil, é o fato de estarem trabalhando.

Crianças que trabalham cinco dias na semana durante longas horas, muitas vezes, são obrigadas a se inscrever em cursos noturnos ou a fazer lição de casa à noite. Com isso estudam irregularmente ou até não estudam, apenas freqüentam a escola.

A maioria das crianças que trabalha tem muito pouco tempo ou oportunidade para brincar e praticar esportes. Seu dia é preenchido pela escola, pouco interessante e nada motivadora, e pelo trabalho não qualificado. Sobra pouco espaço para a diversão. Alguns só brincam nas folgas e fins de semana, por falta de tempo, confirmando a influência perniciosa do trabalho em seu cotidiano.

E, no entanto, diz-se que o trabalho na infância é aprendizado, que ajuda os estudos e que ensina para a vida.

Em um mundo em transformação, onde as incertezas são muitas, uma das poucas unanimidades é o papel da educação como elemento básico para o sucesso profissional na vida adulta. Quais serão as conseqüências, para um país como o Brasil, de uma

política que não privilegia de fato a educação e que faz vista grossa para o trabalho na infância que, não importa suas condições, atrapalha o aprendizado e que, no limite, provoca o abandono da escola?

Um outro fato importante, que deve ser levado em conta, é que as crianças pobres que moram em cidades grandes, hoje violentas e perigosas, não tem um espaço protegido e próprio para estudar, brincar, praticar esportes aprender línguas, música, teatro, computação. Não têm um lugar onde possam ser orientadas por profissionais da educação e estar em segurança durante o tempo em que não estão na escola. Essa carência está por trás de mais um equívoco do senso comum que é a idéia de que melhor trabalhando do que na rua. E, no entanto, o trabalho pode trazer conseqüências tão nefastas para o futuro adulto quanto estar na rua.

O trabalho na infância, exercido em qualquer circunstância, é nocivo ao desenvolvimento do ser humano. Suas conseqüências desastrosas podem ser percebidas imediatamente, no caso de mutilações e doenças, na defasagem escolar ou pelo abandono dos estudos. Entretanto, muitas vezes, os danos só serão descobertos mais tarde, de um lado, porque o trabalho, aparentemente, não é penoso ou insalubre ou perigoso e, por outro, porque é justificado por motivos nobres: a ajuda à família, o aprendizado para a vida, a alternativa ao crime e à marginalidade.

O triste em toda essa questão é que o trabalho não dá às crianças o tipo de aprendizado que hoje se considera importante para a inserção no mercado de trabalho adulto. Pelo contrário, é responsável, em parte, por tirar de crianças pobres a grande oportunidade que têm de se igualar no futuro a jovens de classe média e alta. O trabalho na infância, em vez de ser o instrumento de capacitação que a sociedade lhe atribui, acaba se tornando mais uma forma de reprodução e aprofundamento da desigualdade social existente.

Crianças que passam cinco, seis, sete ou mais horas por dia trabalhando, durante pelo menos cinco dias na semana, estão sendo deformadas, embora muitas vezes isso não seja percebido de imediato. Mas, no fim, teremos adultos mal preparados para ocupar seu lugar no mundo, do ponto de vista físico, intelectual, psicológico e social.

Crianças que trabalham vão adquirindo uma visão de mundo distorcida onde uma das atribuições da infância é complementar

ou prover a renda familiar através do trabalho. Mais que isso, como adultos talvez continue não lhes ocorrendo exigir da sociedade o direito a uma renda adequada que permita a seus próprios filhos não trabalhar.

A construção de uma sociedade de cidadãos responsáveis e bem formados implica a necessidade urgente de iniciar a discussão sobre o equívoco que é considerar o trabalho infantil como solução para toda uma série de problemas, desde a renda até o

perigo das ruas nas grandes cidades. Porque criança que trabalha não se prepara para o futuro. O problema do trabalho infantil não se resolve em si mesmo, mas deve ser tratado como parte das graves questões que o país enfrenta em termos de renda, emprego, precarização do trabalho, educação, saúde e cultura. O fundamental, entretanto, é partir do princípio de que trabalho infantil não é solução para qualquer problema. O trabalho infantil é, em si, um problema.

## O Trabalho Infantil no Mundo\*\*



té meados da década de 80, o trabalho infantil não constituía um tema que despertasse o interesse dos governos ou da própria sociedade. A Organização Internacional do Trabalho - OIT era praticamente a única instituição internacional empenhada na eliminação do trabalho precoce.

Pensava-se, até então, que o trabalho de crianças era uma alternativa positiva, disciplinadora e de ajuda à família. Em todo o mundo, o tema despertava mais apatia, indiferença ou cinismo do que preocupação.

A partir de 89, com a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e da Convenção 138 da OIT (que define a idade mínima para o trabalho como sendo de 16 anos), o tema ganha impulso e lança luz sobre os instrumentos da OIT, iniciando a construção de um direito internacional de proteção integral à infância. O cenário internacional mudou radicalmente e a questão do trabalho infantil apresenta-se, hoje, como um dos temas mais relevantes dessa década, sempre inserido nas agendas dos governos, instituições e da sociedade. Nesse contexto, o tema passa a ter visibilidade, sendo considerado como um grave problema no mundo atual. E não poderia ser diferente pois, segundo o Departamento de Estatística da OIT, o número de crianças trabalhadoras no mundo, na faixa de 5 a 14 anos é de, no mínimo, 120 milhões, distribuídos em sua maioria pelos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, muito embora também existam focos nos países industrializados.

Um contingente expressivo de crianças trabalha em atividades penosas, perigosas e insalubres, expostas a uma série de riscos físicos, químicos e biológicos. Como decorrência, passam a apresentar forte déficit de crescimento - crescem mais baixos e mais fracos, serão adultos doentes, se não morrerem precocemente. Na Índia, por exemplo, as crianças estão expostas às altas temperaturas na fusão da cerâmica. No Paquistão, estão presentes na indústria do metal, na construção civil, na pesca ou expostos à maquinaria mal protegida e perigosa. No setor de artesanato nas Filipinas e Kenya e na carpintaria na Turquia e Egito, atividades que expõem os trabalhadores a poeira, umidade e vapores altamente nocivos à saúde. A manipulação do amianto e da sílica provoca câncer, produtos que podem ser encontrados na exploração de mi-

nas e na construção civil. No trabalho agrícola, destaca-se o contato com os agrotóxicos, o que acarreta doenças respiratórias, neuropatias, transtornos neurológicos e anomalias do sistema imunológico.

No Brasil, em culturas como as da cana-de-açúcar, fumo e laranja, as crianças brasileiras estão expostas a riscos à saúde como doenças respiratórias, neuropatias, transtornos neurológicos e anomalias do sistema imunológico, além de lesões por uso de ferramentas cortantes ou decorrentes de postura inadequada. Também a atividade sisaleira expõe a criança a riscos mecânicos provocados por acidentes nas bateadeiras, além de causar problemas respiratórios e do aparelho auditivo.

Entretanto, a consequência mais grave do trabalho infantil está no fato de que as crianças que trabalham não vão à escola ou não conseguem ter um rendimento escolar adequado, reproduzindo um círculo vicioso de mão-de-obra não qualificada e descartável entre gerações.

As discussões conceituais sobre o tema nos remetem para a área da violação dos direitos humanos. No entanto, aspectos e interesses econômicos têm vindo à tona tais como:

- A existência de um acordo comercial entre os países da União Européia, chamado de "Sistema Geral de Preferências-SGP" onde os países que demonstrarem estar cumprindo os requisitos de não utilização de mão-de-obra infantil e trabalho escravo, têm automaticamente preferência na abertura dos mercados;
- A concessão de privilégios comerciais nos Estados Unidos, é proporcional ao respeito aos direitos trabalhistas por parte dos países exportadores;
- No plano internacional, tem-se discutido a necessidade de fixação de regras trabalhistas gerais básicas que sejam aplicadas pelos países, com amplo consenso, no que se refere à eliminação do trabalho infantil;
- Nos países ricos, os consumidores exigem dos fabricantes que respeitem os

\*Secretária de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho.

\*\*Informações extraídas da publicação: "El Trabajo Infantil - Lo intolerable en el punto de mira". Oficina Internacional del Trabajo - Ginebra, 1996 e outros dados sistematizados pela equipe técnica da Secretaria de Fiscalização do Ministério do Trabalho.

direitos humanos, especialmente as Convenções da OIT relativas à utilização do trabalho infantil. Empresas como a Levis, Reebok e Sears, investigam as condições em que os artigos por eles adquiridos foram produzidos.

Analisando o problema do ponto de vista das causas, verificamos que a pobreza é a causa mais conhecida do trabalho infantil.

Sem dúvida, para garantir a sobrevivência, as famílias carentes necessitam complementar sua renda através do trabalho dos filhos. Não se pode afirmar, entretanto, que a pobreza sempre resulta no trabalho precoce ou que seja a sua única causa. Existem famílias pobres que mantêm seus filhos fora do trabalho e na escola e existem países pobres, ou regiões desses países, em que o trabalho infantil não é frequente.

O que merece registro é que o trabalho infantil, no cenário mundial, ocorre em famílias mais vulneráveis, cuja renda é insuficiente para arcar com suas necessidades básicas. Os gastos com saúde e uma alimentação mínima, provocam o endividamento e, em consequência, a submissão às situações de trabalho infantil ou até mesmo de "venda" das crianças, jogando-as no regime de escravidão.

Por outro lado, é importante analisar a demanda da mão-de-obra infantil e seus mitos.

As duas principais justificativas dessa demanda referem-se a uma suposta destreza e ao custo mais baixo da mão-de-obra infantil, se comparada à dos trabalhadores adultos.

Essas justificativas, entretanto, não resistiriam a nenhum estudo mais aprofundado, vez que dificilmente restaria comprovado que crianças conseguem produzir mais ou melhor que adultos, se colocados lado a lado. Ou que uma suposta redução do custo seria tão significativa a ponto de não poder ser absorvida pelos vendedores e compradores do produto. A verdade é que as crianças estão substituindo adultos nos postos de trabalho e a redução do custo da mão-de-obra não é significativa. O trabalho infantil não é economicamente necessário. As razões da demanda são, em verdade, de outra natureza: as crianças desconhecem seus direitos, são dóceis e acatam melhor as ordens, realizam trabalhos monótonos e tarefas repetitivas, sem queixas, geralmente não faltam ao trabalho, não se importam em realizar tarefas bastante subalternas, respondem bem ao comando sem se rebelar e são mais dignas de confiança.

Estabelecendo uma relação entre esses traços que caracterizam a mão-de-obra infantil, com aqueles relacionados aos aspectos de vulnerabilidade das famílias de renda mais baixa, visualiza-se um cenário preocupante, ou seja,

a falta de alternativa da família na luta pela sobrevivência vai ao encontro dos interesses daqueles que exercem suas atividades econômicas lucrando com a injustiça social e com a fragilidade dos instrumentos estatais e sociais de controle.

Diante desse quadro grave e no momento em que os países em desenvolvimento contam com estruturas insuficientes ou inadequadas e recursos financeiros escassos, a pergunta que se impõe é: por onde começar? O primeiro passo é identificar o problema, torná-lo visível, destacando os focos mais graves e as formas mais extremas de utilização do trabalho precoce.

A escravidão, a servidão por dívidas, o trabalho perigoso, penoso e insalubre, os trabalhadores de mais tenra idade, os grupos mais vulneráveis, como as meninas, sujeitas à abusos sexuais, merecem atenção especial e prioritária dos governos e sociedade.

Cada país deve, entretanto, formular as suas próprias perguntas e perseguir as suas melhores e mais completas respostas. Não há uma fórmula pronta ou um "kit" de soluções adequadas a todas as situações.

Intervir nas situações mais graves e priorizá-las é uma referência lógica para construção de políticas e programas, desde que a escolha do caminho a ser trilhado tenha legitimidade e respaldo da sociedade.

A maior visibilidade do problema enseja o desencadeamento do processo de sensibilização e a conquista do apoio dos parceiros na luta contra o trabalho infantil. Quem pode, entretanto, exercer grande influência na opinião pública, mobilizar recursos financeiros, punir responsáveis e adotar ações preventivas é o Estado.

A OIT aponta caminhos, que estão especificados a seguir, para atacar prioritariamente as formas extremas de trabalho infantil no mundo:

1. Formulação de um programa de ação, delimitado no tempo, para erradicar o trabalho infantil.
2. Proibição de trabalho em caso de crianças de tenra idade (de menos de 12 ou 13 anos), e proteção especial às meninas.
3. Medidas de reabilitação que afastem definitivamente as crianças de qualquer trabalho perigoso.
4. Adoção de medidas preventivas.
5. Designação de um organismo nacional responsável pela luta contra o trabalho infantil.
6. Penalização internacional pelos delitos contra as crianças, independentemente do país onde tenham sido cometidos.
7. Aumento de ajuda financeira internacional na luta contra o trabalho infantil.

O Brasil, felizmente, já realizou parte deste percurso. O combate ao trabalho infantil, embora se constituindo em um enorme desafio, tanto para o governo quanto para a sociedade, avançou a passos largos nos últimos anos.

Em termos de legislação, a Constituição Federal de 1988, através de vários dispositivos, estabelece a obrigatoriedade de proteger os direitos da criança e do adolescente, proibindo, em seu art. 7º, XXXIII, "o trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz".

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado pela Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990, reitera no seu artigo 60 a proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, com idêntica ressalva à da Constituição Federal no que diz respeito à aprendizagem.<sup>1</sup>

No âmbito do Governo Federal, o Ministério do Trabalho vem realizando ações intensivas de fiscalização para reprimir esta forma ilegal de trabalho e ações de diagnóstico para identificação e mapeamento dos principais focos de utilização do trabalho de crianças.

Em algumas áreas e atividades onde foram constatadas as formas extremas de utilização do trabalho de crianças, já existem iniciativas complementares ao trabalho de fiscalização e diagnóstico. O Ministério da Previdência e Assistência Social, através de sua Secretaria de Assistência Social, implantou, em parceria com Governos Estaduais e Municipais, organismos internacionais e organizações não governamentais, o Programa Bolsa Criança Cidadã com o objetivo de criar as condições mínimas para a família prover suas necessidades básicas. Para tanto, essas famílias têm acesso a uma renda complementar, com a condição de assegurar a permanência dos seus filhos na escola e o afastamento do trabalho.

Muitos outros programas bem sucedidos já foram implantados a partir de iniciativas de governos estaduais, municipais, de entidades empresariais e de trabalhadores e de organizações não governamentais, visando a erradicação do trabalho infantil no nosso país.

Concluindo, vale ressaltar que a proliferação de programas, fóruns, acordos, pactos e toda a sorte de iniciativas para combater e coibir o trabalho de crianças refletem o aumento da consciência, no nosso país, quanto aos riscos e comprometimentos acarretados pelo trabalho precoce.

O crescimento dessa consciência aponta na direção de que a erradicação do trabalho infantil passa a ser um compromisso dos governos aliado a um esforço de toda a sociedade que não mais compactua com as graves desigualdades sociais existentes no Brasil e procura assegurar às crianças brasileiras um espaço de cidadania.

## Estimativa Percentual das Crianças Economicamente Ativas na Faixa Etária de 10 a 14 Anos - 1995

(Países e territórios selecionados)

ÁFRICA DO SUL	0,00
TUNÍSIA	0,00
CHILE	0,00
CUBA	0,00
ARÁBIA SAUDITA	0,00
HONG KONG	0,00
JAPÃO	0,00
ROMÊNIA	0,17
HUNGRIA	0,17
ITÁLIA	0,38
JORDÂNIA	0,68
VENEZUELA	0,95
ALBÂNIA	1,11
ARGÉLIA	1,63
PORTUGAL	1,76
URUGUAI	2,08
PERU	2,48
IRAQUE	2,95
MALÁSIA	3,16
POLINÉSIA	3,67
ARGENTINA	4,53
IRAN	4,71
COSTA RICA	5,48
MARROCOS	5,61
REP. ARABE SÍRIA	5,78
COLÔMBIA	6,62
MÉXICO	6,73
PARAGUAI	7,87
FILIPINAS	8,04
VIETNAM	9,12
INDONÉSIA	9,55
EGITO	11,23
CHINA	11,55
GANÁ	13,27
NICARÁGUA	14,05
BOLÍVIA	14,36
ÍNDIA	14,37
REP. DOMINICANA	16,06
BRASIL	16,09
GUATEMALA	16,22
TAILÂNDIA	16,22
ZÂMBIA	16,27
PAQUISTÃO	17,67
NOVA GUINÉ	19,31
YEMEM	20,15
COSTA DO MARFIM	20,46
TURQUIA	24,00
CAMARÔES	25,25
HAITI	25,30
NIGERIA	25,75
ILHAS SALOMÃO	28,89
ZIMBÁBUE	29,44
BANGLADESH	30,12
SENEGAL	31,36
KENIA	41,27
ETIÓPIA	42,30
NEPAL	45,18
UGANDA	45,31
TIMOR ORIENTAL	45,39
BURUNDI	48,97
BURKINA FASO	51,05
MALI	54,53
BUTÃO	55,10

1

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional encaminhada pelo Poder Executivo para que seja retirada a ressalva "salvo na condição de aprendiz".



## Trabalho Infantil e Comércio Internacional



o longo dos últimos anos assistimos a uma intensificação acelerada da globalização. Ao mesmo tempo, de acordo com a ONU, aumenta a distância entre pessoas e países pobres e ricos. Ao longo da história, tensões deste tipo têm conduzido invariavelmente a grandes conflitos. No limiar do século XXI, com as novas tecnologias que podem ser colocadas a serviço da destruição, esta situação é uma ameaça a toda humanidade. A OIT estima que, em todo o mundo, 73 milhões de crianças e adolescentes, entre 10 e 14 anos, trabalham, representando 13,2% de toda a população mundial nesta faixa etária. São crianças pobres que estão impedidas ou deixam de estudar e que ocupam o lugar de um adulto desempregado. Esta situação somente agrava a distância entre pobres e ricos, tornando mais explosiva a tensão social. Cabe a todos enfrentar com ações concretas esta calamidade.

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, dentro do seu programa Empresa Amiga da Criança, tem mostrado que, com vontade política e competência de diversos atores econômicos e sociais, é possível construir parcerias para eliminar o trabalho infantil e, o que é fundamental, conduzir as crianças à escola pública de qualidade. Ações conjuntas, através de articulações como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e a Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, envolvendo governos locais, governo federal, conselhos da criança, UNICEF, OIT, entidades da sociedade civil, sindicatos de trabalhadores, mais de mil "empresas amigas da criança", setores econômicos, como o automobilístico, da laranja, de calçados e da cana-de-açúcar, têm produzido excelentes resultados, mostrando que "dá para resolver".

Vários países e organizações da sociedade civil têm buscado introduzir cláusulas no comércio internacional, proibindo a utilização de mão-de-obra infantil. O governo brasileiro tem se posicionado contra, alegando que estas regras poderiam ser utilizadas como uma ação protecionista. Mesmo assim, estuda-se adotar medidas unilaterais contra o trabalho infantil no comércio internacional. O congresso norte-americano acaba de regulamentar barreiras alfandegárias que podem conduzir à proibição de importação de produtos fabricados por crianças. A União Européia aprovou

recentemente um regulamento que cria um regime especial para a importação de produtos asiáticos e latino-americanos. Este mecanismo "premia" os países exportadores com reduções de barreiras alfandegárias de 15 % a 35%, desde que respeitem e sigam rigorosamente as normas internacionais da OIT, entre elas a Convenção 138.

Para romper o impasse, a Fundação Abrinq produziu a seguinte proposta:

a) Consideramos que a adoção de medidas de combate ao trabalho infantil no âmbito internacional é uma ação estratégica para a solução do problema da exploração da mão-de-obra de crianças em todo o mundo, ao mesmo tempo em que, no âmbito nacional, promove a ampliação e melhoria da educação de base, ajudando também no combate ao desemprego da população definida como economicamente ativa;

b) Consideramos que o combate ao trabalho infantil deva ser focalizado em setores econômicos e empresas específicas, incluindo casos que utilizam esquemas de subcontratação nas cadeias produtivas;

c) Para acompanhar o processo de recebimento de denúncias, propõe-se a criação de uma comissão quadripartite internacional, sob a coordenação da OIT e do UNICEF, composta por representantes de governos, empregadores, trabalhadores e organizações não-governamentais ligadas a questões da cidadania e da infância, que deverão acolher e averiguar as denúncias internacionais sobre trabalho infantil e delegar processos de avaliação inicial para entidades em nível nacional, em colaboração com as representações nacionais da OIT e do UNICEF, ou de outras entidades, a definir;

d) Esta comissão deverá examinar num prazo de 03 (três) meses a veracidade das denúncias e estabelecer acordos para a sua resolução;

e) Estes acordos terão prazos máximos definidos por consenso das partes envolvidas;

f) Caberá a esta comissão o acompanhamento das ações de prevenção e erradica-

\*Diretor-Presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

ção do trabalho infantil, definidas em negociação com as partes envolvidas;

g) Associado a esta iniciativa, deverá ser criado um fundo internacional para financiar programas que integrem o conjunto de medidas necessárias para apoio às famílias e para a retirada das crianças do trabalho, tais como: bolsa-escola, projetos de geração de renda e emprego e atividades complementares à escola.

Esta proposta, que já recebeu apoio no Comitê Empresarial do Ministério das Rela-

ções Exteriores, por parte da FIEMG, Sociedade Rural Brasileira, Abecitrus, entre outras, busca reconhecer e localizar focos de exploração de mão-de-obra de crianças e procura elaborar e implementar programas abrangentes para resolver o problema do trabalho infantil. Elimina a alegação de medidas protecionistas adotadas contra determinados países.

Esperamos que haja sensibilidade e vontade política para, a partir destas idéias, o Brasil apresentar uma proposta corajosa, concreta e factível para a comunidade internacional.



Os primeiros meses do ano de 1998 ficaram marcados pela elevação da taxa de desemprego. Grosso modo, pode-se dizer que houve uma elevação de dois pontos percentuais: de 6% em 1997 para 8% no presente. Os meses com fatores sazonais mais desfavoráveis, todavia, vão paulatinamente ficando para trás, ficando mais fortalecida a perspectiva de que a taxa de desemprego passará a declinar na virada do semestre.

Um dos fatores mais importantes neste sentido é a recuperação do nível de ocupação: foram criados cerca de 165 mil postos de trabalho neste início de ano, sendo 120 mil deles nos últimos dois meses (abril e maio), e, pela primeira vez desde julho de 1997, em maio o nível de emprego foi superior ao do mesmo mês do ano anterior. Estes resultados indicam uma recuperação do dinamismo do mercado de trabalho, principalmente quando se atenta para o fato de que isto ocorreu em meio a uma conjuntura macroeconômica adversa, tendo em vista que as taxas de juros se encontravam em patamares significativamente mais elevados que no mesmo período de 1997. A redução da taxa de juros e a normalização do quadro macroeconômico contribuirão para a revitalização do mercado de trabalho.

É bem verdade que a necessidade de geração de empregos é grande, dado o maior crescimento observado do lado da oferta ao longo deste ano vis-à-vis o anterior. A questão da pressão do lado da oferta, usualmente citada na discussão sobre o aumento do desemprego, requer, por seu turno, esclarecimentos. Conforme argumentado mais adiante na seção "Análise do Mercado de Trabalho", o que se observa, de fato, é a estabilização da taxa de participação (a percentagem das pessoas em idade ativa - PIA - que efetivamente participam do mercado, trabalhando ou procurando trabalho) em 1998, em patamares próximos dos vigentes nos mesmos meses de 1997. Dado que no ano passado estas taxas caíram relativamente a 1996, pode-se dizer que o aumento da pressão da oferta ora observado reflete, na verdade, o final de um período em que esta estava crescendo aquém do ritmo da expansão demográfica. Posto de outra forma, o aumento da oferta hoje observado é um reflexo direto do expressivo aumento da população em idade ativa.

Seguindo nesta linha de raciocínio, pode-se inferir que, em parte, o salto no desemprego em 1998 teria se verificado ao longo de 1997,

caso a pressão do lado da oferta não houvesse diminuído ano passado (ver Gráfico 8, na próxima seção). Isto é, existiam já naquela época pressões para o aumento do desemprego, que acabou por se materializar este ano, quando o crescimento da oferta voltou a manifestar-se na plenitude da sua dimensão demográfica. Este "desemprego latente", anterior à crise do sudeste asiático, acabou sendo revelado, e certamente agravado, pela elevação da taxa de juros que veio em resposta a ela.

Outro ponto a ser destacado, embora ainda não venha sendo muito discutido, é a redução que vem se verificando no rendimento real médio. Não obstante o fato de que fatores sazonais possam estar contribuindo nesta direção, o fato é que se observaram até aqui quatro meses consecutivos de queda, o que não havia ocorrido nos anos imediatamente anteriores, salvo em 1997. A redução acumulada de janeiro a abril é de 4,5%, e o nível de abril de 1998 é basicamente o mesmo de abril de 1997.

Como em qualquer outro mercado que "funcione", é lícito esperar que haja um ajuste "via preço" (no caso salários) em resposta a um excesso de oferta, em particular nos seus segmentos mais flexíveis. Por um lado esta hipótese parece respaldada pelo fato dos trabalhadores por conta própria e assalariados sem carteira - o chamado setor informal - terem sido justamente os grupos que experimentaram reduções de rendimento real em 1998. Por outro, a constatação de que foi no setor de Serviços, normalmente associado com um maior grau de informalidade, onde a renda real mais cresceu (o Comércio e a Construção Civil, no extremo oposto, apresentaram as maiores reduções) não oferece muito suporte a ela. Portanto, ainda que não fique perfeitamente caracterizado o ajuste via salário supramencionado, há indícios nesta direção.

Por último, vale destacar uma melhora significativa no perfil educacional dos trabalhadores empregados. Enquanto no início da década de 90 a proporção de trabalhadores com quatro ou menos anos de estudos era de 39%, os números recentes apontam para não mais que 27,5%. Mais recentemente, quando comparamos o nível de ocupação dos cinco primeiros meses de 1997 e 1998, observa-se que o emprego de todos os grupos cresceu em termos absolutos (com destaque para o grupo de 9 a 11 anos de estudo), com exceção do grupo de menor escolaridade (0 a 4 anos de estudos) que experimentou uma perda de 555 mil postos de trabalho.





A evolução dos principais indicadores do lado real da economia no período recente permite caracterizar um quadro de recuperação moderada da produção frente aos baixos níveis observados no final do ano passado. A presença do setor de bens de capital (refletindo a trajetória do investimento e das privatizações) na liderança desse processo, assim como o desempenho expressivo das exportações de produtos manufaturados, introduzem um elemento positivo na análise do período, e se contrapõem aos reveses observados em outras áreas, em especial no controle do déficit público. Por outro lado, o ambiente externo voltou a apresentar elevada volatilidade, com as economias asiáticas, agora acrescidas do Japão, dando mostras de não terem ainda superado os desequilíbrios que em outubro produziram forte instabilidade no mercado financeiro internacional. Adicionalmente, a Rússia, em função do elevado desequilíbrio fiscal e do impasse político na votação de reformas estruturais, passou a apresentar dificuldades para rolar suas dívidas interna e externa. Embora o acordo com o FMI contribua para criar um clima favorável entre os investidores, a pressão sobre o rublo deverá continuar enquanto as questões estruturais não forem adequadamente enfrentadas. Internamente, esta instabilidade externa vem se refletindo sobretudo no mercado financeiro: apesar de o Banco Central ter prosseguido com sua política de reduzir as taxas de juros, ocorreu ao mesmo tempo uma reversão nos mecanismos de execução da política monetária, que até então vinham se caracterizando por uma tendência ao alongamento dos prazos da dívida pública e por um certo automatismo no ajuste da liquidez. Desde junho o Banco Central passou a operar basicamente com papéis pós-fixados indexados à taxa Selic e também a regular a liquidez através de frequentes operações de "go around".

Dados do IBGE relativos ao PIB trimestral, ajustados utilizando-se fatores sazonais estimados pelo GAC-IPEA, mostram que os efeitos sobre a atividade econômica das medidas implementadas ao final de outubro/início de novembro do ano passado, com o objetivo de proteger a economia dos efeitos sobre os fluxos de capital externo desencadeados pela crise na Ásia, foram mais intensos no último trimestre de 97, quando o PIB registrou queda de 1%, em valores dessazonalizados, em relação ao

trimestre anterior. Dentre estas medidas destaca-se a elevação dos juros, que dobraram de patamar num primeiro momento para começar a declinar de forma mais acentuada somente a partir de janeiro, a elevação de impostos e o corte de gastos.

No primeiro trimestre de 1998 o PIB voltou a registrar pequeno crescimento, de 0,3%, em relação ao último trimestre do ano passado, enquanto na comparação com o primeiro trimestre do ano passado o crescimento foi de 1,6%, embora neste caso acabe prevalecendo a base de comparação relativamente deprimida daquele período. O pequeno crescimento do PIB no primeiro trimestre em relação ao final do ano passado ocorreu a despeito do desempenho do setor agropecuário, que teve queda, no índice dessazonalizado, de 17,5%. Os serviços tiveram crescimento de 1,1%, enquanto a indústria registrou expansão de 1,2%, após ter registrado queda de 2,6% no trimestre anterior.

A trajetória dos diferentes segmentos da indústria nos primeiros quatro meses do ano revela comportamentos diferenciados. De acordo com dados do IBGE, a indústria geral (extrativa + transformação) apresentou queda de 1,1% no acumulado do ano até abril; em termos setoriais, contudo, enquanto os bens intermediários exibem uma relativa estabilidade (queda de 0,4% na mesma base de comparação), e os bens de consumo duráveis recuam 21,5%, os bens de capital apresentam crescimento de 5,3%. Ainda que negativos em seu conjunto, estes resultados no primeiro quadrimestre do ano indicam uma tendência de recuperação da produção industrial depois da forte queda do final do ano passado. De acordo com o próprio IBGE, a produção média do bimestre março/abril teria sido, em termos dessazonalizados, 3,7% superior à de dezembro. Segundo dados da Fiesp, a recuperação teria sido ainda mais intensa, com o Indicador do Nível de Atividades (INA) tendo inclusive retornado, em abril, ao nível dessazonalizado observado em outubro do ano passado, embora a queda de maio tenha voltado a colocá-lo novamente abaixo daquele pico.

Em termos de tendências, a perspectiva é de que esta trajetória de recuperação se acentue nos próximos meses em função de uma retomada do consumo e da manutenção e/ou ampliação dos programas de in-

vestimentos – associados ou não a privatizações. Os indicadores de inadimplência no comércio, que haviam crescido significativamente no início do ano, já recuaram bastante, e os efeitos da redução expressiva das taxas de juros nos primeiros meses do ano ainda estão por se fazer sentir plenamente sobre a disposição das empresas de retomarem os níveis de produção observados antes da crise. O estímulo ao crédito – derivado do relaxamento de algumas restrições ainda existentes sobre os prazos de consórcios, da redução das taxas de juros e da nova regulamentação nos financiamentos habitacionais e a redução do IOF de 15 para 6% nas operações de crédito ao consumidor –, a política fiscal ainda relativamente expansionista e o aumento da renda agrícola também devem contribuir para a sustentação de níveis crescentes de produção e de renda.

A trajetória da inflação nos primeiros meses do ano manteve a tendência de taxas declinantes em termos anuais, mas passou a refletir de modo mais intenso os efeitos de choques de oferta localizados – em especial sobre os preços dos alimentos, em consequência da quebra de safra no Nordeste (caso do feijão) e no Sul (do arroz, em consequência do excesso de chuvas). Assim, o IPC - Fipe de maio (variação de 0,52%) refletiu basicamente os aumentos de preços do arroz e do feijão (com impacto de 0,55%) e do vestuário (tipicamente sazonal, com impacto de 0,45%), enquanto os demais itens, em conjunto, tiveram impacto agregado de -0,48%. Em junho, superados os aumentos do arroz e do feijão e mantido o comportamento favorável dos demais itens, a variação do índice da Fipe caiu para 0,2%, acumulando em 12 meses apenas 1,9%. No caso do IGP, percebe-se uma tendência mais clara de desaceleração, refletindo o comportamento dos preços no atacado, em particular dos produtos agrícolas de exportação, que no ano passado haviam aumentado significativamente. A variação acumulada em 12 meses do IPA, que em dezembro de 1997 era de 7,8%, reduziu-se em junho para 3,8%, fazendo com que a variação acumulada em 12 meses do IGP caísse de 7,5% em dezembro para 4,1% em junho.

Os resultados da balança comercial nos primeiros meses do ano vêm refletindo tanto a desaceleração da atividade econômica quanto o processo de transformação estrutural da base produtiva. Assim, a melhora observada no saldo da balança comercial – déficit acumulado até junho de US\$ 2 bilhões, ou cerca de 45% a menos do que em igual período do ano passado – decorre tanto de um aumento das exportações (+4,8%) quanto de uma virtual estagnação das importações (queda de 1,8%). Vale destacar,

no entanto, o desempenho das exportações de manufaturados, com crescimento de 15,8% no período janeiro/maio em relação ao mesmo período do ano passado. Este crescimento, aliado ao dos semi-manufaturados (+3,9%), mais do que compensa a queda observada nas exportações de produtos básicos (-10,3%), fruto de uma redução acentuada nos preços internacionais de nossos principais produtos de exportação (em abril, segundo a Funcex, o índice de preços das exportações de produtos básicos foi 16,3% inferior ao índice de abril de 1997). Pelo lado das importações, destaca-se a manutenção em patamar elevado das compras externas de bens de capital (variação de 4,8% entre janeiro e maio relativamente a igual período de 1997), bem como o crescimento das importações de produtos intermediários e matérias primas, com aumento de cerca de 2,3% frente aos primeiros cinco meses de 1997. As importações de bens de consumo neste mesmo período declinaram 6,8%.

A balança de serviços, ao contrário do saldo comercial, apresentou uma melhora bem mais modesta até maio, com o déficit se reduzindo de US\$ 9.952 milhões nos primeiros cinco meses do ano passado para US\$ 9.919 milhões em igual período neste ano. Assim, quase toda redução do déficit em transações correntes – de US\$ 12,4 bilhões em janeiro/maio de 1997 para US\$ 11,3 bilhões em janeiro/maio de 1998 – se explica pela melhora nos fluxos de comércio. No entanto, é importante notar que mesmo no interior dos fluxos de serviços já é possível notar algumas mudanças de composição, com aumento dos fluxos líquidos de pagamentos de juros e queda nos demais itens, incluindo viagens internacionais, transportes e remessas de lucros e dividendos.

O período janeiro/maio marcou também uma profunda mudança em relação ao cenário de fuga de recursos externos dos dois últimos meses do ano passado, registrando captações brutas de US\$ 64,7 bilhões (contra US\$ 38,3 bilhões em igual período do ano passado) e um ganho líquido de reservas de US\$ 20,6 bilhões – que alcançaram US\$ 72,8 bilhões ao final de maio, o equivalente a 14 meses de importações. Nota-se também que são os empréstimos de longo prazo que vem respondendo pela maior parcela dos fluxos, seguidos pelos investimentos em portfólio e pelos investimentos diretos. O fluxo de capitais de curto prazo neste período mostrou-se negativo (-US\$ 5,7 bilhões), refletindo a queda das captações de recursos para empréstimos ao setor agro-industrial (a chamada “63 caipira”) e o crescimento das amortizações nesta mesma modalidade.

As tensões externas, ao contrário de episódios semelhantes ocorridos no passado recente, manifestaram-se de forma mais acentuada não nos mercados de câmbio (spot ou futuro), mas no mercado monetário, onde as expectativas de juros futuros levaram a um descolamento muito grande das taxas em relação aos níveis correntes definidos pelo Banco Central. Esta expectativa, por outro lado, refletiu-se em dificuldade crescente para o governo rolar sua dívida com papéis pré-fixados, levando assim, após um breve impasse, à retomada do uso de papéis pós-fixados (LBCs e LFTs) e a intervenções mais freqüentes do Banco Central no mercado para regular a liquidez. Este é, obviamente, um retrocesso em relação ao caminho que vinha sendo trilhado na condução da política monetária, e deve ser entendido como um fenômeno temporário, associado não tanto à maior volatilidade do cenário internacional, mas à percepção de uma maior fragilidade frente aos choques externos. As cotações mais recentes dos mercados de câmbio e juros futuros, no entanto, já começaram a embutir uma expectativa compatível com o atual nível da TBC, de 20,75% a.a.

Esta percepção de uma maior fragilidade, por seu turno, certamente encontra na deterioração fiscal do final do ano passado uma de suas principais causas. Note-se que, comparando os resultados dos primeiros quatro meses do ano com igual período de 1997 pode-se inclusive detectar sinais de melhora: o resultado primário do setor público consolidado teria melhorado entre os dois períodos, passando de um superávit de R\$ 2,6 bilhões no primeiro quadrimestre de 1997 para outro de R\$ 3,7 bilhões em 1998.

No entanto, a percepção mais geral é de que essa melhoria refletiria muito mais o efeito de medidas de caráter transitório que contribuíram para elevar a arrecadação tributária (IR na fonte sobre os fundos de renda fixa, por exemplo) e demais receitas do governo (as receitas das concessões da Banda B, por exemplo) do que de um esforço de controle dos gastos.

No centro do problema fiscal atualmente encontra-se a questão previdenciária, tanto do setor privado (expressa nas contas do INSS) quanto do setor público. O déficit do INSS (inclusive despesas operacionais) aumentou de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 5,4 bilhões entre 1996 e 1997 (a preços de dezembro de 1997). Os pagamentos a inativos do setor público federal excederam as contribuições previdenciárias do pessoal ativo em R\$ 15,8 bilhões em 1996 e R\$ 16,2 bilhões em 1997. Somados, os dois déficits representaram 2,4% do PIB em 1997, e seu impacto só não foi maior porque nas demais contas do governo federal obteve-se um superávit primário de 2,2% do PIB (1,7% do PIB em 1996). Além do fato de que estes números não incluem a situação nos estados e municípios, existe o agravante de que a tendência de ambos os sistemas – o público e o privado – é de aumento do desequilíbrio, a menos que uma reforma profunda altere a forma como o sistema se encontra hoje estruturado. A reforma da Previdência atualmente em fase de final de votação no Congresso representa apenas o primeiro passo no sentido de se corrigirem as bases do sistema previdenciário no Brasil, permitindo assim avançar na direção de um ajuste permanente nas contas públicas.



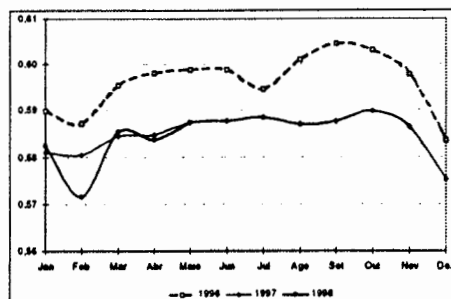
## TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

**U**m dos aspectos mais marcantes do início do ano de 1998, segundo os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) para o período de janeiro a maio, foi a retomada do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) do conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas por aquela pesquisa domiciliar do IBGE: enquanto, em termos médios, a PEA cresceu apenas 0,5% de 1996 para 1997, o que representou um ingresso líquido de menos de 100 mil pessoas no mercado de trabalho, o crescimento médio no início de 1998 foi de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior (o que significa mais 364 mil pessoas). A esta retomada da expansão da PEA, observada em maior ou menor grau ao longo de todas as regiões, pode ser emprestada a conotação de um aumento da pressão da oferta sobre a operação do mercado de trabalho. Apesar de, é claro, isto de fato implicar uma maior necessidade de geração de empregos para abrigar o novo contingente de trabalhadores no mercado, é bom ter em mente em que medida isto se deve a motivos de cunho essencialmente demográfico.

Posto de outra forma, a variável mais adequada para captar o comportamento do lado da oferta é a taxa de participação, ou taxa de atividade, no mercado de trabalho, uma vez que ela já embute o crescimento autônomo da População em Idade Ativa (PIA), representando a fração das pessoas em idade de trabalhar que efetivamente estão trabalhando ou procurando emprego.

O Gráfico 1, a seguir, é bastante esclarecedor neste particular. O que se constata lá é que, na verdade, o que vem ocorrendo em 1998 é uma estabilização das taxas de participação em torno dos níveis vigentes no mesmo mês do ano anterior, não se repetindo a queda observada durante todo o ano de 1997. Nestes termos, parece mais razoável diagnosticar o aumento recente do crescimento da PEA como um reflexo do encerramento de um período onde a oferta vinha se expandindo aquém dos níveis induzidos pelos fatores demográficos. Posto de outra forma, a maior pressão da oferta hoje observada é uma consequência direta da dinâmica demo-

GRÁFICO 1  
Evolução da Taxa de Participação (PME/IBGE)

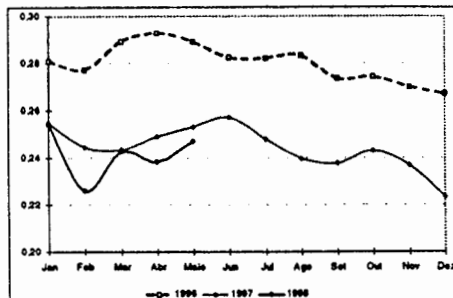


gráfica, que encerra um aumento bastante expressivo da população em idade ativa.

A questão que naturalmente se coloca diz respeito ao porquê de tal interrupção. Não é de modo algum uma tarefa simples prover uma resposta satisfatória, haja vista que a decisão de ingresso na força de trabalho é, no mais das vezes, tomada no âmbito da família. Um ponto interessante, neste particular, está relacionado com a evolução da taxa de participação da parcela mais jovem da população. Como pode ser visto no Gráfico 2, quando se toma a faixa etária de 15 a 17 anos como referência, a queda da participação no mercado em 1997 foi bastante expressiva e, a exemplo do agregado, é interrompida no início de 1998.

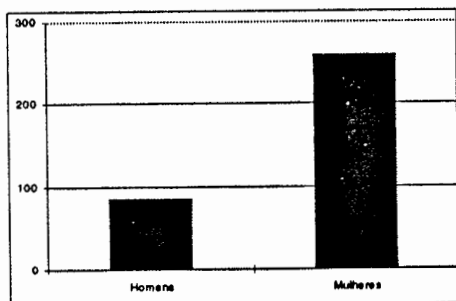
Comportamento similar a este, embora menos acentuado, é encontrado para a faixa de 20 a 24 anos, não sendo, todavia, observado de forma clara para os demais grupos etários. Embora de natureza admitidamente precária, isto pode constituir indício que foi a mudança de comportamento dos jovens em relação ao ingresso no mercado a responsável pela eliminação da queda das taxas de participação e consequente elevação da PEA em tempos recentes. O aumento do desemprego entre os chefes de família em conjunção com a queda dos rendimentos médios, aspectos que serão discutidos adiante, reforça a conjectura, feita em edição anterior, de que a expectativa, ou possibilidade, de redução da renda futura pode estar levando as famílias a rever decisões acerca do ingresso de seus membros mais jovens no mercado, no sentido de antecipá-lo.

GRÁFICO 2  
Evolução da Taxa de Participação  
na Faixa de 15-17 Anos (PME/IBGE)



Por fim, vale chamar a atenção para o comportamento diferenciado por gênero, pois, em que pese a PEA tenha se elevado em ambos os casos, o incremento foi mais significativo entre as mulheres: na média dos cinco primeiros meses havia mais 260 mil mulheres no mercado de trabalho, contra apenas cerca de 85 mil homens. Esta diferença é reflexo do comportamento das taxas de participação, que cresceram ligeiramente entre as mulheres e declinaram entre os homens.

GRÁFICO 3  
Variação da PEA por Gênero (em  
Milhares) - Jan/Mai-98-Jan/Mai-97

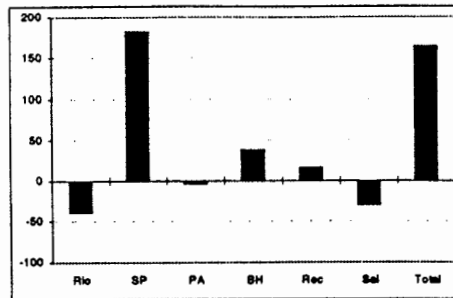


#### NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO

Segundo os dados da PME foram criados, em maio, mais de 80 mil postos de trabalho, sendo que, pela primeira vez desde julho de 1997, o nível de ocupação situou-se acima daquele do mesmo mês do ano anterior. Ao longo do ano foram criados cerca de 165 mil empregos, marca esta bastante próxima da de 1997 e um pouco inferior à de 1996. Isto constitui um indício auspicioso, haja vista que o quadro macroeconômico do início deste ano era bem menos favorável que nos anteriores.

Cumprir frisar que esta expansão deve-se basicamente à região de São Paulo que, sozinha, gerou mais de 180 mil postos de trabalho. No extremo oposto encontram-se as metrópoles de Salvador e Rio de Janeiro,

GRÁFICO 4  
Variação do Nível de Ocupação em  
1998 (milhares)

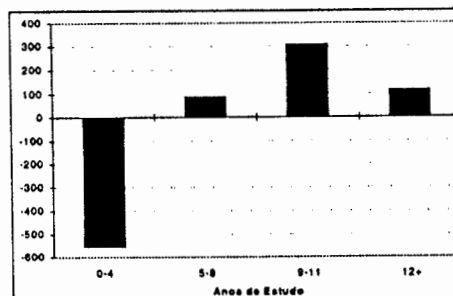


onde houve a destruição de 30 e 39 mil empregos, respectivamente (ver Gráfico 4).

Dentre os setores de atividades destaca-se o segmento de serviços, que é o único que apresenta um saldo positivo no número de empregos quando são comparados o início de 1997 e 1998. O contrário parece estar acontecendo com o Comércio, que desde há muito vinha absorvendo mão-de-obra egressa de outros setores, mas vem paulatinamente perdendo esta capacidade.

A fração do total de empregos que é ocupada por mulheres permanece se elevando, tendo atingido a marca de 40,6% no último mês (contra 38,5% no início da década). Comportamento inverso é observado para o emprego da força de trabalho pouco qualificada (de 0 a 4 anos de estudo): enquanto no início da década ela respondia por 39,0% do emprego total, os números mais recentes apontam para não mais que 27,5%. Da comparação do nível médio de ocupação nos cinco primeiros meses de 1997 e 1998 resulta o fato de que todos os grupos cresceram em termos absolutos, com destaque para o de 9 a 11 anos de estudo, à exceção daquele de menor escolaridade, havendo menos 555 mil trabalhadores pouco instruídos na força de trabalho.

GRÁFICO 5  
Variação Absoluta do Nível de Emprego por  
Grau de Escolaridade (milhares)  
Jan/Mai 98 - Jan/Mai 97

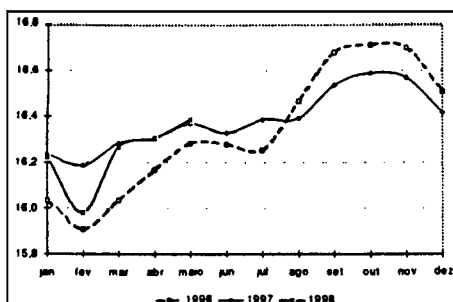


Para melhor contextualizar a evolução do nível de ocupação durante os cinco primeiros meses deste ano é interessante contrastá-la com o comportamento observado de 1996 em diante, o que é retratado no Gráfico 6. O primeiro fato a ser mencionado, conforme destacado no início desta seção, é que a geração de empregos entre janeiro e maio do corrente foi basicamente idêntica àquela observada no ano anterior. Este desempenho, embora ainda inferior ao de 1996, quando foram gerados quase 250 mil postos de trabalho no mesmo intervalo de tempo, não deixa de ser auspicioso, na medida em que pode estar indicando uma retomada do dinamismo do mercado, principalmente quando se atenta para o fato que o contexto macroeconômico no início deste ano era muito menos favorável que nos anteriores..

Embora o nível de emprego do mês de maio tenha sido apenas ligeiramente superior ao de um ano antes, cumpre destacar, uma vez mais, que é a primeira vez que isto acontece desde julho do ano passado. Isto reforça a constatação de que desde o final do primeiro semestre de 1997 o mercado de trabalho já não vinha conseguindo manter a capacidade de geração de empregos que caracterizou o período pós-Real, deficiência esta que foi agravada com a elevação das taxas de juros após a crise do sudeste asiático em outubro próximo passado.

Deve-se ter em vista, portanto, que a recuperação delineada nos últimos meses, embora ainda insuficiente para reduzir a taxa de desemprego, tendo ocorrido sob condições conjunturais da economia mais adversas, pode constituir indício de retomada do dinamismo do mercado. Isto permite imaginar que talvez a fase mais desfavorável tenha ficado para trás e que no decorrer do segundo semestre (os fatores sazonais são adversos em junho e julho), principalmente a se confirmarem os sinais de retomada da atividade econômica, o mercado será capaz de suprir os postos de trabalho necessários para fazer face às necessidades da oferta de forma bastante mais eficiente do que aque-

GRÁFICO 6  
Evolução do Nível de Ocupação  
(Em Milhões)



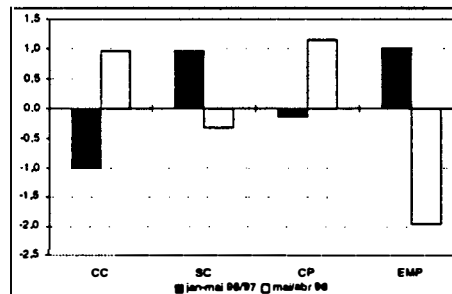
la que vem sendo observada há cerca de um ano.

## INFORMALIDADE

A maior parte do crescimento verificado no nível de ocupação das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, no mês de maio, ocorreu na categoria dos trabalhadores com carteira assinada: para os cerca de 83.000 novos postos de trabalho líquidos, os empregos formais contribuíram com quase 73.000, enquanto que na outra categoria a mostrar crescimento, a dos trabalhadores por conta própria, essa contribuição foi de aproximadamente 42.000 postos. Com esses movimentos, a proporção de trabalhadores com carteira no total de ocupados, o indicador mais simples do grau de formalização do mercado de trabalho, aumentou de 45,88%, em abril, para 46,09%, em maio.

Essa melhoria, contudo, ainda não foi suficiente para tornar favorável a comparação com 1997: a média dos cinco primeiros meses deste ano, desse indicador, foi de 46,17%, enquanto que no ano passado, nesse mesmo período, ele ficou em 46,51%. O gráfico abaixo ilustra as variações responsáveis pela ligeira deterioração observada na comparação do período janeiro-maio deste ano, em relação a 1997, bem como os movimentos favoráveis ocorridos em maio.

GRÁFICO 7  
Variação na Ocupação por Forma  
de Inserção (%)



Em nível regional, o panorama permaneceu praticamente inalterado, com as metrópoles do Rio de Janeiro, Salvador e Recife apresentando mais da metade de seus trabalhadores inseridos no mercado na condição de assalariados sem carteira de trabalho assinada ou como profissionais autônomos, enquanto para as demais regiões esta percentagem fica em torno de 45%. A observação digna de nota é o crescimento de dois pontos percentuais na participação dos empregados sem carteira em Porto Alegre e Recife, elevação esta, em ambos os casos, quase que totalmente compensada

pela redução da fração dos trabalhadores por conta própria.

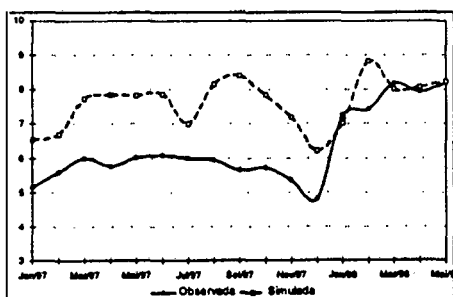
## DESEMPREGO

### DESEMPREGO ABERTO

A taxa de desemprego aberto nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, conforme pode ser verificado no Gráfico da capa, apresentou oscilações no início deste ano similares àsquelas do início do ano passado, mas em torno de um patamar bem mais elevado: a diferença, mês a mês, ficou - quase que sistematicamente - pouco acima de dois pontos percentuais (em termos de média dos cinco primeiros meses, ela foi igual a 2,1 pontos percentuais, passando de 5,7% em 1997 para 7,8% em 1998).

Grosso modo, pode-se dizer que nos últimos três meses a taxa está estável em torno de 8%, enquanto no mesmo período de 1997 ela encontrava-se estável ao redor de 6%. A indagação natural que se coloca diz respeito ao porquê deste salto. Embora o assunto venha sendo debatido exaustivamente nos mais diversos segmentos da sociedade, as observações feitas anteriormente em relação ao comportamento da taxa de participação e do nível de ocupação podem ser combinadas de forma elucidativa através de um exercício contrafactual, qual seja: qual teria sido a taxa de desemprego, de janeiro de 1997 para cá, caso a taxa de participação fosse a de 12 meses antes e o nível de ocupação aquele efetivamente observado em cada um dos meses em questão? Os resultados são mostrados no Gráfico 8.

GRÁFICO 8  
Taxa de Desemprego Observada e Simulada (%)



O que chama a atenção neste exercício é que já no segundo trimestre de 1997 a taxa de desemprego simulada sobe para um patamar próximo àquele onde se encontra atualmente, oscilando em torno dele a maior parte do tempo desde então. A razão de ser para tal resultado é simples, uma vez que ele reflete o fato de, coincidência ou não, a taxa de participação ter declinado justamente durante o período em que o

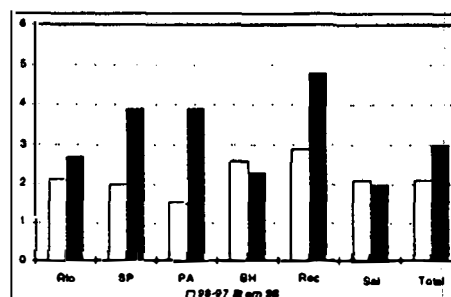
mercado de trabalho diminuiu a sua capacidade de geração de empregos. A partir da última virada de ano, as taxas observada e simulada tornam-se bastante parecidas, consequência direta do encerramento do alívio do lado da oferta.

Sendo assim, pode-se especular que o agravamento do desemprego encontrava-se em grande medida presente, embora sem ter se materializado nas estatísticas, durante a maior parte do ano anterior, não tendo se revelado na sua plenitude devido a um comportamento, por assim dizer, "favorável" do lado da oferta. A partir do instante em que chegou ao fim o processo de diminuição da pressão da oferta, observou-se o salto efetivo nas taxas. Assim sendo, de forma contrária à opinião de alguns analistas, e à hipótese levantada no último número desta publicação, o aumento do desemprego deve ser debitado, em grande parte., ao lado da demanda.

Mais que isso, vale a pena chamar a atenção para o ponto de que, ao menos em parte, este problema parece preceder a elevação da taxa de juros no final do ano passado. Em que pese esta ter contribuído para agravá-lo, torna-se mister examinar em que medida tratava-se de uma questão de cunho estrutural, devida à reformulação da estrutura produtiva e ao esgotamento da capacidade de absorção dos segmentos de Serviços e Comércio, ou de falta de crescimento econômico suficiente para a geração de empregos necessária.

Não resta dúvida, todavia, que esta é uma preocupação de médio e longo prazos, haja vista que para o futuro imediato as expectativas são relativamente favoráveis, prevendo-se uma queda da taxa de desemprego para as imediações de 6% até o final do ano, dado que no segundo semestre os fatores sazonais são amplamente propícios para tal, além do que há indícios de recuperação do lado da demanda. Não obstante, ela ainda se situaria em um patamar mais elevado que os verificados nos anos anteriores.

GRÁFICO 9  
Variações da Taxa de Desemprego por Região (Pontos percentuais)



Voltando a uma análise mais desagregada da evolução recente das taxas de desemprego, pode-se perceber da Tabela A.4.1.1, no Anexo Estatístico, que apesar de algo uniformes em relação a 1997, as variações durante 1998 por região metropolitana já são bastante distintas: a amplitude vai de 2 pontos percentuais em Salvador até 4 em Recife (que é seguida por São Paulo e Porto Alegre, ambas com 3,9).

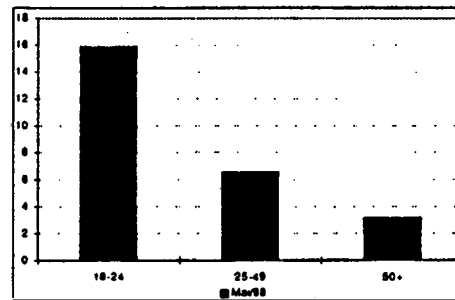
O aumento do desemprego tem se manifestado com maior intensidade entre as mulheres, sendo que o diferencial entre os gêneros, que fora de 1,1 ponto percentual na média em 1997, superou a marca de dois pontos em maio último. Com isso a composição dos desempregados segundo o gênero tornou-se praticamente uniforme, com 52,9% de homens e 47,1% de mulheres, (que é o maior percentual destas nesta década: apenas para ilustrar, a percentagem feminina no contingente de desempregados em 1991 era inferior a 40%).

De forma semelhante, está ocorrendo uma convergência nas taxas de desemprego por setor de atividade, de tal sorte que em maio, também pela primeira vez em muito tempo, a Indústria de Transformação não foi o que apresentou a maior taxa, tendo sido superada pelo segmento de Construção Civil. Com isso o percentual de desempregados provenientes da indústria atingiu seu ponto de mínimo na década, ficando abaixo de 20%.

No que concerne ao corte segundo a posição na família houve também um aumento generalizado em todos os casos, com destaque para os chefes de família e os cônjuges. Para os primeiros a taxa média nos cinco meses iniciais passou de 3,54% em 1997 para 5,14%, estabilizando-se nos três últimos meses. Para os cônjuges a elevação foi de 3,94% para 5,81%, mas ainda com ligeira tendência de elevação no final do período. Para os filhos, que experimentam as taxas mais elevadas, o aumento foi de 10,69% em 1997 para 13,73% no corrente ano, o que representa o maior incremento em termos absolutos, mas o menor em termos relativos.

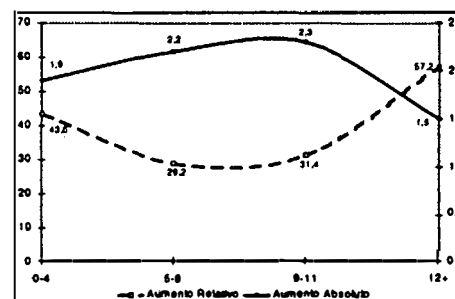
Um aspecto curioso é que, talvez ao contrário do parece ser o senso comum a este respeito, o desemprego é declinante com a idade (cumprir lembrar, tanto a PEA quanto o nível de ocupação não apresentam nenhuma regularidade quanto a isso), conforme pode ser visualizado na Tabela A.4.5. Segundo os últimos dados, por exemplo, ela era igual a 15,9% para as pessoas com até 24 anos, caía para 6,6% para aquelas na dita prime-age, e para 3,2% para aquelas com 50 ou mais anos de idade (ver Gráfico 10).

GRÁFICO 10  
Taxa de Desemprego por Faixa Etária (%)



Em relação à desagregação por grau de instrução, embora, como nos demais cortes, tenha havido uma elevação generalizada das taxas e manutenção da composição do desemprego, têm-se que os aumentos absolutos formam uma curva em forma de "U" invertido, de tal sorte que os grupos com escolaridade intermediária foram os que experimentaram os maiores incrementos (2,2 e 2,3 pontos percentuais para aqueles com de 5 a 8 e de 9 a 11 anos de estudo, respectivamente). Ao mesmo tempo, as variações relativas formam um "U" simples: os dois grupos supracitados tiveram um crescimento de cerca de 30%, enquanto os menos e os mais escolarizados experimentaram aumentos de 44% e 57%, respectivamente (ver Gráfico 11).

GRÁFICO 11  
Variações na Taxa de Desemprego por Escolaridade (Mai/98 - Mai/97)



As informações acerca do número de meses da duração do desemprego e do tempo sem trabalhar (Tabelas A.4.12 e A.4.13) revelam que, de fato, ao longo de 1997, e particularmente a partir da virada do ano, aumentou de forma significativa a proporção dos desempregados que estavam nessas condições por mais de 12 meses. Dois pontos devem ser ressaltados aqui. Primeiro, estas percentagens vem caindo nestes primeiros cinco meses de 1998, tomando-se comparáveis, ou até mesmo inferior no caso de tempo sem trabalho, às apuradas para dezembro de 1997. Dado que o desemprego por desalento, conforme analisa-

do na próxima seção, mudou pouco no período, isto talvez seja um indicador de recuperação do mercado. Segundo, a proporção de pessoas sem trabalhar há mais de 12 meses é, compreensivelmente, maior que dos que estão efetivamente desempregados pelo mesmo período. Revelador, contudo, é a constatação de que a diferença entre as duas subiu bastante na virada do ano, o que pode ser um indicador de um maior regresso ao mercado de pessoas que, voluntariamente ou não, dele haviam se retirado anteriormente.

### DESEMPREGO OCULTO

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Fundação Seade/DIEESE), o desemprego oculto por desalento tem se mantido estável nestes primeiros cinco meses na região metropolitana de São Paulo, em torno de 1,8%. Quanto ao desemprego, que experimentou uma elevação de quase um ponto percentual durante o segundo semestre de 1997, têm havido pequenas variações, mas, dadas as margens de erro da pesquisa, a conclusão mais razoável é que ele tenha se mantido estável no período. Destarte, a elevação do desemprego em São Paulo captada por aquela pesquisa reflete basicamente a variação na taxa de desemprego aberto.

### SEGURO DESEMPREGO

No primeiro quadrimestre deste ano a quantidade de pessoas (1.527.307) que requereram o benefício do seguro desemprego, em todo o Brasil, caiu 2,26%, quando feita a comparação com igual período de 1997. O número de segurados, por sua vez, caiu mais ainda (3,22%), chegando a 1.426.129 e fazendo com que a taxa de habilitação apresentasse um recuo de quase um ponto percentual, situando-se em 97,96%. Esses resultados são, em princípio, contraditórios com os dados do nível de ocupação dos trabalhadores com carteira (majoritários, por larga margem, entre aqueles habilitados a receber o benefício), relativos às seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, que diminuiu 1%, comparando-se os mesmos períodos. Esta aparente contradição pode ser um indício de que a evolução recente do desemprego tenha sido distinta nos âmbitos metropolitano e não-metropolitano. Qualquer ilação neste sentido, contudo, requer a disponibilidade e análise dos dados do seguro desemprego discriminados por área.

Por seu turno, o valor médio dos benefícios concedidos teve um ligeiro acréscimo, tanto quando expresso em múltiplos do salário mínimo (passou de 1,58 para 1,59), quanto em termos de reais, em valores constantes de dezembro de 1995: passou de R\$

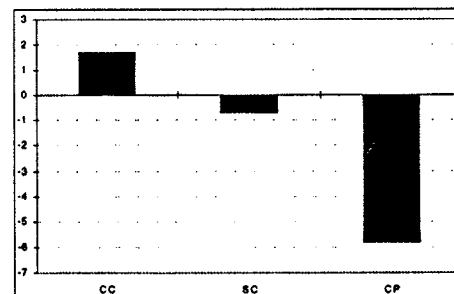
159,92 no primeiro quadrimestre de 1997 para R\$ 164,40 este ano, o que significa um crescimento de 2,8%.

### RENDIMENTOS

Os resultados da última Pesquisa Mensal do Emprego revelam que, pelo quarto mês consecutivo, o rendimento médio nas regiões metropolitanas voltou a cair. Como pode ser visto no Gráfico da capa, embora haja em geral, devido a fatores sazonais, uma tendência de redução na renda nos primeiros meses de cada ano, em 1998 ela vem se pronunciando de forma mais intensa, sendo que a queda acumulada entre janeiro e abril atingiu 4,5%. A média do rendimento real neste período é superior ao constatado para o quadrimestre inicial de 1997, mas o nível em abril de 1998 é praticamente idêntico ao de abril do ano passado.

Em tese, este desempenho não chega a ser surpreendente, uma vez que o acirramento do desemprego induz um ajuste "natural" do mercado via preços, notadamente na parte mais flexível da economia que é o dito segmento informal. De fato, comparando os dados para o mês de abril de cada ano (Gráfico 12), percebe-se que os empregados com carteira assinada obtiveram uma elevação real de 1,7% em seus rendimentos, ao passo que os empregados sem carteira perderam 0,7% e os trabalhadores por conta própria experimentaram uma redução de 5,8%.

GRÁFICO 12  
Variação Percentual do Rendimento Real  
por Posição na Ocupação (Abr/98 - Abr/97)



O quadro fica um pouco menos claro, todavia, quando se examinam as variações de acordo com os setores de atividade econômica. O setor de serviços, usualmente associado com uma grande incidência de informalidade, foi, dentre aqueles de maior expressão, o que apresentou mais crescimento na renda de abril a abril (2,7%), à frente da Indústria de Transformação (0,3%). As perdas expressivas foram registradas no Comércio e na Construção Civil, onde a redução da renda real foi de 5,0% e 15,8%, respectivamente (ver Tabela A.7.2).

Deste modo não fica ainda perfeitamente caracterizado um processo de ajuste através de redução de renda para acomodar o hiato entre oferta e demanda por trabalho, não obstante a existência de alguns indícios nesta direção.

#### **PRODUTIVIDADE**

Segundo cálculos feitos a partir dos dados levantados pela Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produtividade da Indústria de Transformação, no conceito de produtividade do trabalhador, experimentou um crescimento de apenas 0,7% no primeiro trimestre deste ano, quando comparado com o mesmo período de 1997. Contribuíram para a modéstia desse resultado os recuos havidos na produtividade dos setores de Vestuário e Calçados, Alimentação, Metalurgia, Mecânica e Farmacêutica.

Já no conceito de produtividade da hora paga, os resultados foram melhores, tendo havido um crescimento de 3,1%, com aumentos, inclusive, nos primeiro quatro setores mencionados acima. Nesse caso tiveram resultado negativo Material de Transporte e, também aqui, a Farmacêutica.

#### **ATIVIDADE SINDICAL**

O número de greves nos primeiros três meses deste ano, segundo o DIEESE, foi de 150, o que significa um decréscimo de 23,5% em relação ao ocorrido em igual período de 1997. Não obstante, o número de grevistas aumentou 141,0%, o que se explica pela maior quantidade de trabalhadores envolvidos nas greves deste ano, em particular as ocorridas nas universidades federais. Como decorrência, cresceu também significativamente a quantidade de trabalhadores-hora parados.



## 1. INTRODUÇÃO



taxa de participação dos indivíduos no mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo mudanças, decorrentes tanto de movimentos puramente demográficos (expansão da População em Idade Ativa - PIA), como de alterações no processo de decisão de ingresso no mercado, que resultaram no crescimento da oferta de trabalho. Por este motivo, as atuais preocupações em relação ao funcionamento do mercado de trabalho brasileiro têm se concentrado na questão das taxas de desemprego e na capacidade deste mercado em gerar empregos.

O debate se baseia nos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE), que cobre as seis principais regiões metropolitanas do Brasil - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. A razão de ser da utilização da PME reside na sua frequência e contemporaneidade, o que confere muito mais agilidade e atualidade à análise. Não obstante estas vantagens, as conclusões advindas deste debate podem não ser representativas da situação nacional, uma vez que as regiões pesquisadas respondem por pouco mais de metade do pessoal ocupado do país.

Este argumento revela-se particularmente importante para o caso da indústria, que vem experimentando um processo de enxugamento e descentralização, de modo que, naquelas regiões, observa-se uma tendência de redução no nível do emprego industrial. Isto, no entanto, não reflete corretamente o que acontece no mercado em nível nacional. A migração de indústrias, em conjunto com a instalação de novas fábricas fora do eixo destas seis regiões, faz com que a PME capte a destruição de postos de trabalho, mas não a geração de outros. Nos demais setores o mesmo fenômeno de realocação espacial pode se verificar, embora a sua direção não esteja clara a priori.

Diante disso, o objetivo desta nota é averiguar a extensão da geração de empregos e realocação dos mesmos, com base nas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostras de

Domicílios) de 1992 e 1996.<sup>1</sup> Assim avalia-se, num primeiro momento, a variação no nível total de pessoas ocupadas e no nível de trabalhadores da indústria. Num segundo momento, analisa-se o processo de realocação espacial do mercado de trabalho brasileiro. Finalmente, conclui-se com um resumo e alguns comentários.

## 2. VARIAÇÃO NO NÍVEL DE PESSOAS OCUPADAS

### 2.1. OCUPAÇÃO TOTAL

A Tabela 1<sup>2</sup> mostra, para 1992 e 1996, os dados da PNAD para o nível de ocupação. A principal conclusão que se pode tirar da leitura desta tabela é que o crescimento no nível de ocupação não foi homogêneo. Se a população ocupada total teve um crescimento de 4,9%, passando de 61,4 milhões em 1992 para 64,4 milhões em 1996<sup>3</sup>, o mesmo não se pode dizer para a população de cada região ou área metropolitana considerada em separado.

Ao se analisar o aumento da ocupação nas regiões metropolitanas, descobre-se que este se revelou superior, em termos relativos, ao das demais áreas. De fato, enquanto as seis principais regiões metropolitanas experimentaram um aumento de aproximadamente 7,9% (o equivalente a cerca de 1,23 milhão de ocupados), o resto do país apresentou um crescimento de apenas 3,8% (equivalente a 1,75 milhão de ocupados). Os dados da PNAD, que incluem, além das seis principais, as regiões metropolitanas de Curitiba, Fortaleza e Belém e o Distrito Federal, reafirmam tal constatação: para uma elevação de 7,8% na ocupação

\*  
DIPES/IPEA.

\*\*  
Mestrando da PUC-RJ e bolsista na DIPES/IPEA.

<sup>1</sup>  
Estes dois anos foram escolhidos por ser 1996 o mais recente para o qual os dados estão disponíveis e por ser 1992 o mais antigo que possui uma mesma metodologia de coleta das informações relevantes.

<sup>2</sup>  
A Tabela 1 e os demais gráficos estão apresentados no final do trabalho.

<sup>3</sup>  
Cumprir notar que estes números não coincidem com aqueles publicados nas tabulações especiais das PNADs, isto em função de não estarem sendo consideradas no presente exercício as pessoas ocupadas em produção para autoconsumo ou construção para fins próprios.

destas regiões houve um aumento de 3,6% no resto do país.

Dentre as unidades da federação, o estado de São Paulo foi aquele que apresentou, por larga margem, os incrementos mais expressivos no emprego, tanto na região metropolitana (crescimento de 7,7%, o que representa mais 0,51 milhão de ocupados) quanto no interior (7,5% ou mais 0,54 milhão de ocupados). No conjunto dos demais estados, a expansão média da ocupação foi de 4,1% no período.

Uma comparação entre as diferentes regiões geográficas também confirma a heterogeneidade da expansão do nível de ocupação. O Sudeste, que congrega o maior contingente de ocupados, cresceu 6,9% (1,85 milhão de postos de trabalho a mais, ou seja, 2/3 do total brasileiro), valor superior à média do país, enquanto o Nordeste situou-se abaixo desta média, aumentando em apenas 2,2% o número de trabalhadores ocupados (0,38 milhão). Na Região Sul, o crescimento ficou em 2,6% (0,27 milhão de empregos criados) e no Centro-Oeste a expansão foi de 4,4% (0,19 milhão de ocupações a mais), valor próximo à média nacional. Na região Norte, a de menor população ocupada, a elevação acabou por se revelar a maior dentre todas as regiões, chegando a 10,9% (0,29 milhão).

## 2.2. OCUPAÇÃO NA INDÚSTRIA

Quando se focaliza o setor industrial, que apresenta uma intensa tendência à descentralização, este panorama torna-se radicalmente distinto. De fato, o crescimento nacional entre 1992 e 1996 se limitou a 0,5%, com o emprego industrial passando de 8,08 milhões para 8,13 milhões de trabalhadores. A criação de empregos na indústria respondeu, assim, por apenas 1,5% do total de novos ocupados, com a participação deste setor na ocupação total retraindo-se de 13,2% para 12,6%. Este resultado é, de alguma forma, esperado, haja visto o processo de reestruturação e enxugamento da estrutura produtiva deste setor para a obtenção de ganhos de produtividade e, assim, lograr maior competitividade internacional no contexto de uma economia em franco processo de abertura.

Utilizando as mesmas desagregações anteriores, observa-se que, por um lado, a região metropolitana de São Paulo, sozinha, testemunhou uma perda líquida de 98,6 mil postos de trabalho, enquanto para o con-

junto das seis regiões cobertas pela PME esta cifra chegou a 163,1 mil. Para as 10 regiões metropolitanas da PNAD a perda foi ligeiramente menor (159,4 mil), o que é explicado basicamente pela pequena expansão verificada em Curitiba.

No que tange ao corte por região geográfica, observam-se reduções acentuadas no Sudeste (19,5 mil) e, principalmente, no Nordeste (39 mil, o equivalente a um decréscimo de 3%). Nas demais houve expansão, cabendo ressaltar o caso do Centro-Oeste, onde esta expansão chegou a 45,4 mil postos de trabalho (um crescimento superior a 15%).

Em termos de unidades da Federação, como mostra o Gráfico 2, as maiores expansões foram nos estados do Paraná (49,4 mil), Mato Grosso (32,0 mil) e Minas Gerais (25,7 mil). Vale frisar, contudo, que apesar da variação ter sido negativa no Estado de São Paulo, isto deveu-se totalmente ao resultado na área metropolitana, haja visto que no restante do estado o número de postos de trabalho na indústria aumentou em 79,5 mil. Fica caracterizado, desta forma, um processo de descentralização do emprego industrial da metrópole paulistana para o interior do próprio estado e para outros estados próximos. O principal destaque fica por conta do Estado do Rio de Janeiro, que experimentou a destruição de mais de 45 mil postos de trabalho neste segmento do mercado de trabalho.

## 3. A REALOCAÇÃO ESPACIAL NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Dos resultados apresentados na seção anterior, fica patente a existência de um processo de realocação espacial da força de trabalho ocupada durante o período de quatro anos analisado. Como revela a Tabela 1, as regiões cobertas pela PME experimentaram uma elevação de 0,7 ponto percentual na sua participação, com quase a metade deste aumento tendo ocorrido em São Paulo. Portanto, pode-se dizer que, no que diz respeito à ocupação total, a maior parte do seu crescimento verifica-se nas principais regiões metropolitanas, que passam a responder por uma fração maior do total de ocupados. Já no que tange à ocupação na indústria, mesmo com um crescimento bastante baixo, observou-se uma descentralização mais expressiva do pessoal ocupado neste segmento, de tal forma que estas mesmas regiões, e em particular a de

São Paulo, tiveram suas participações reduzidas (-2,1 pontos percentuais para o conjunto delas, e -1,3 no caso de São Paulo). Em boa medida, a perda de importância da metrópole paulistana deveu-se à transferência do parque industrial para o interior do próprio estado, cuja participação no total foi incrementada em 0,9 ponto percentual.

Ainda com respeito à ocupação na indústria, a análise das regiões geográficas mostra que o Sul, o Norte e o Centro-Oeste aumentaram sua participação (0,2, 0,4 e 0,5 ponto percentual, respectivamente), enquanto o Sudeste (-0,5) e o Nordeste (-0,6) perderam representatividade no contexto nacional. Percebe-se também pelo Gráfico 4 que, em termos de unidades da Federação, as que apresentaram maior evolução foram os Estados do Paraná (0,5 ponto percentual), Mato Grosso (0,4) e Espírito Santo (0,3), enquanto os Estados que sofreram maiores contrações, ainda superiores às verificadas em São Paulo como um todo, foram o Rio de Janeiro (-0,6) e o Rio Grande do Sul (-0,5).

A intensidade do fenômeno de realocação espacial pode ser quantificada por meio do assim chamado "índice de turbulência". Conforme frisado em Barros et al<sup>4</sup>, esse índice é bastante útil para avaliar como a estrutura do emprego variou entre dois instantes de tempo. Considerando-se uma participação da população de interesse (no caso a PEA ocupada ou o conjunto de ocupados na indústria) em G grupos, ele pode ser definido da seguinte maneira:<sup>5</sup>

$$T = \frac{1}{2} \sum_{g=1}^G | \alpha_{g, 96} - \alpha_{g, 92} |$$

onde:

$\alpha_{g, t}$  : fração do total da população pertinente no grupo g no instante t.

Das informações da Tabela 1, percebe-se que o índice de turbulência, quando se considera o corte "regiões metropolitanas da PME X demais áreas", é igual a 0,007 para a ocupação total e 0,022 para a ocupação na indústria, o que equivale dizer que, para reconstituir a estrutura da ocupação de 1992 seria necessário remanejar 0,7% da PEA total ocupada e 2,2% da PEA ocupada na indústria. Já para o caso em que os grupos são constituídos pelas regiões geográficas, o índice de turbulência é igual a

0,011, tanto para a ocupação total, quanto para a indústria. E para o corte segundo unidades federativas e regiões metropolitanas verifica-se, a partir dos Gráficos 3 e 4, que o índice de turbulência é de 0,017 para a ocupação total e 0,038 e para a ocupação na indústria.

A comparação dos resultados para estes cortes revela que o movimento de realocação espacial dos ocupados como um todo, e dos ocupados na indústria em particular, também é observado com um nível mais fino de desagregação. Vale ressaltar no entanto que em ambos os casos, embora com maior intensidade no caso da indústria, grande parte deste processo de realocação se dá entre as principais regiões metropolitanas e o resto do país.

#### 4. RESUMO E COMENTÁRIOS

Os resultados deste exercício confirmam as expectativas em relação à descentralização da produção industrial brasileira, apontando uma redução da importância da região metropolitana de São Paulo neste setor. Aparentemente, os principais pólos industriais emergentes se localizam no interior do Estado de São Paulo e nos Estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo.

Se tal achado não constitui propriamente uma novidade, o mesmo não se pode dizer do resultado que indica um aumento da concentração do emprego nas regiões metropolitanas, em particular as cobertas pela PME, conforme medido pelo total de ocupados. É bem verdade que um entendimento melhor deste fenômeno só seria possível caso houvesse mais informação a respeito de suas possíveis causas - movimentos demográficos, mudanças de comportamento em relação ao ingresso na força de trabalho, alteração nas condições do mercado de trabalho, por exemplo -, o que foge ao escopo desta nota. De qualquer modo, as implicações, em termos de interpretação e qualificação das taxas de desemprego estimadas pela PME, são mais ou menos claras. Primeiro, sob o prisma quantitativo não é verdade que esta pesquisa venha perdendo repre-

<sup>4</sup> Barros, R., Cruz, L., Foguel, M. e Mendonça, R. "Uma Avaliação Empírica do Grau de Flexibilidade Alocativa do Mercado de Trabalho Brasileiro". Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, n. 4, abril/1997. IPEA/MTb.

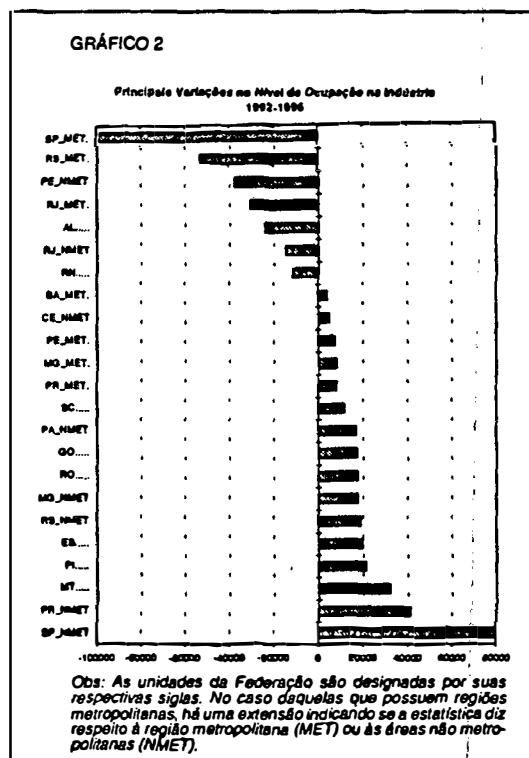
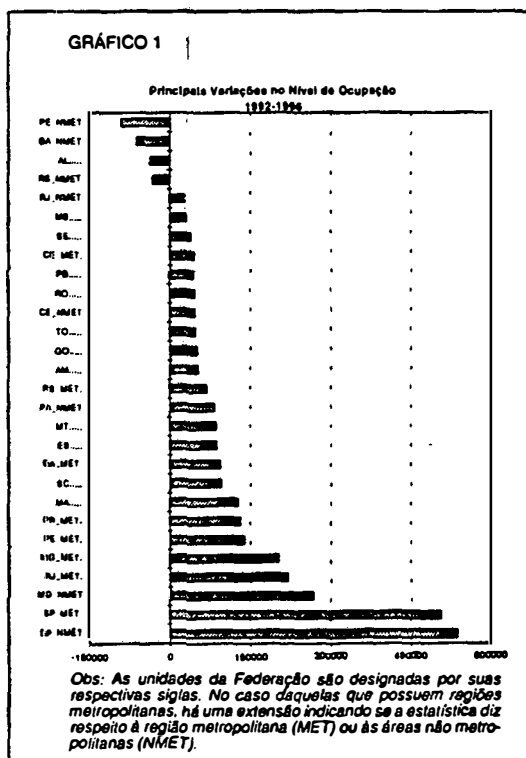
<sup>5</sup> Este índice pode ser interpretado como sendo a fração (mínima) da população de interesse que teria de ser realocada para que a estrutura inicial fosse restabelecida (ou vice-versa).

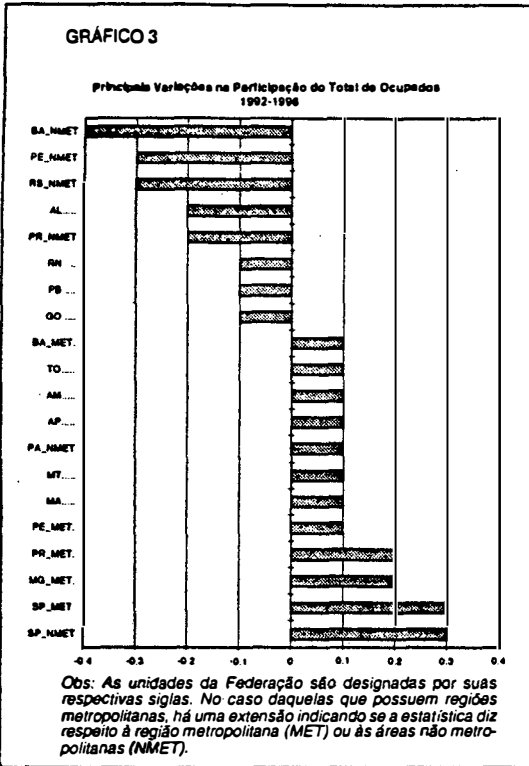
TABELA 1  
Ocupação: Variação no Nível e na Participação entre 1992 e 1996

TOTAL	1992	1996	DIF. ABSOLUTA	CRESC. (%)	CRESC. NA PART.(%)
Brasil	61435424	64415466	2980342	4.85	-
Regiões Metropolitanas PME*	15454490	16682486	1227996	7.95	0,7
Demais áreas	45980934	47733280	1752346	3,81	-0,7
Regiões Metropolitanas PNAD	18342241	19778016	1435775	7,83	0,8
Demais áreas	43093183	44637750	1544567	3,58	-0,8
São Paulo Metropolitano	6562088	7068650	506562	7,72	0,3
São Paulo Não Metropolitano	7150726	7688039	537313	7,51	0,3
Demais Estados	47722610	49659077	1936467	4,06	-0,6
Sul	10593603	10867979	274376	2,59	-0,4
Sudeste	26835730	28680872	1845142	6,88	0,8
Nordeste	17062055	17441660	379605	2,22	-0,7
Centro-Oeste	4257927	4445219	187292	4,40	0,0
Norte	2686109	2980036	293927	10,94	0,3

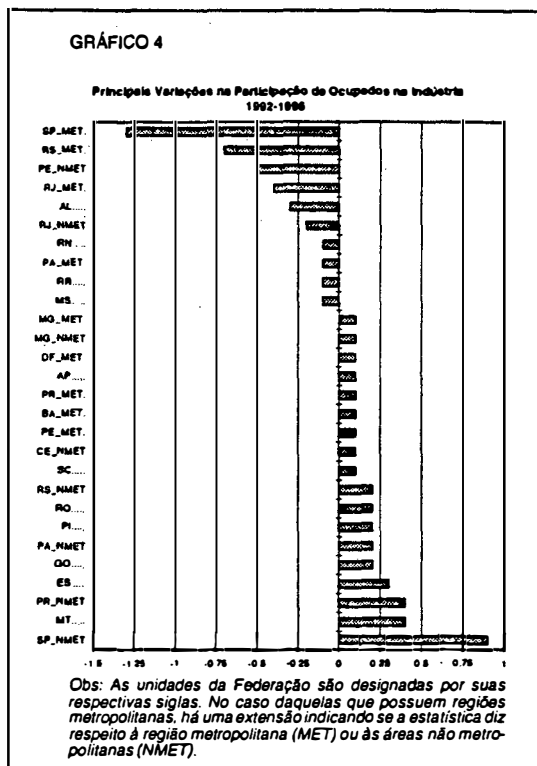
INDÚSTRIA	1992	1996	DIF. ABSOLUTA	CRESC. (%)	CRESC. NA PART.(%)
Brasil	8082902	8126393	43491	0,54	-
Regiões Metropolitanas PME*	2970437	2807291	-163146	-5,49	-2,2
Demais áreas	5112465	5319102	206637	4,04	2,2
Regiões Metropolitanas PNAD	3336972	3177574	-159398	-4,78	-2,2
Demais áreas	4745930	4948819	202889	4,28	2,2
São Paulo Metropolitano	1668210	1569625	-98585	-5,91	-1,3
São Paulo Não Metropolitano	1295050	1374541	79491	6,14	0,9
Demais Estados	5119642	5182227	62585	1,22	0,4
Sul	1677141	1704044	26903	1,60	0,2
Sudeste	4540072	4520614	-19458	-0,43	-0,5
Nordeste	1306196	1267220	-38976	-2,98	-0,6
Centro-Oeste	300636	346023	45387	15,10	0,5
Norte	258857	288492	29635	11,45	0,4

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs 1992, 1996. \* Seis são as regiões metropolitanas cobertas pela PME: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.





sentatividade (embora reconhecidamente limitada). Segundo, sob o aspecto qualitativo, parece lícito concluir que, dado o setor industrial ser tradicionalmente encarado



como gerador de bons empregos, a sua perda de importância nestas regiões tende a enviesar o diagnóstico sobre a evolução da qualidade do emprego no Brasil.



# Anexo Estatístico

## ÍNDICE

### A.1. População Economicamente Ativa

- Tabela A.1.1 - PEA por Região Metropolitana
- Tabela A.1.2 - PEA por Gênero
- Tabela A.1.3 - PEA por Faixa Etária
- Tabela A.1.4 - Taxa de Participação por Região Metropolitana
- Tabela A.1.5 - Taxa de Participação por Gênero
- Tabela A.1.6 - Taxa de Participação por Faixa Etária

### A.2. Ocupação

- Tabela A.2.1 - Nível de Ocupação por Região Metropolitana
- Tabela A.2.2 - Nível de Ocupação por Setor de Atividade
- Tabela A.2.3 - Nível de Ocupação por Posição na Ocupação
- Tabela A.2.4 - Nível de Ocupação por Gênero
- Tabela A.2.5 - Nível de Ocupação por Faixa Etária
- Tabela A.2.6 - Nível de Ocupação por Grau de Instrução

### A.4. Desemprego

- Tabela A.4.1.1 - Taxa de Desemprego Aberto por Região Metropolitana ( PME )
- Tabela A.4.1.2 - Taxa de Desemprego Aberto por Região Metropolitana ( PED )
- Tabela A.4.1.3 - Taxa de Desemprego Oculto por Desalento por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.1.4 - Taxa de Desemprego Oculto por Precariedade por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.1.5 - Taxa de Desemprego Total por Região Metropolitana (PED)
- Tabela A.4.2 - Taxa de Desemprego por Gênero (PME)
- Tabela A.4.3 - Taxa de Desemprego por Setor de Atividade (PME)
- Tabela A.4.4 - Taxa de Desemprego por Posição na Família (PME)
- Tabela A.4.5 - Taxa de Desemprego por Faixa Etária (PME)
- Tabela A.4.6 - Taxa de Desemprego por Grau de Instrução (PME)
- Tabela A.4.7 - Composição do Desemprego por Gênero
- Tabela A.4.8 - Composição do Desemprego por Setor de Atividade
- Tabela A.4.9 - Composição do Desemprego por Posição na Família
- Tabela A.4.10 - Composição do Desemprego por Faixa Etária
- Tabela A.4.11 - Composição do Desemprego por Grau de Instrução
- Tabela A.4.12 - Composição do Desemprego por Meses de Duração

### A.5. Seguro Desemprego

- Tabela A.5.1 - Relação entre nº de Segurados e nº de Desligados

### A.7. Rendimentos

- Tabela A.7.1 - Renda Real Média por Região Metropolitana
- Tabela A.7.2 - Renda Real Média por Setor de Atividade
- Tabela A.7.3 - Renda Real Média por Posição na Ocupação
- Tabela A.7.4 - Renda Real Média por Gênero
- Tabela A.7.5 - Renda Real Média por Faixa Etária
- Tabela A.7.6 - Renda Real Média por Grau de Instrução
- Tabela A.7.7 - Salário Mínimo Real

### **A.8. Produtividade**

- Tabela A.8.1 - Produtividade na Indústria de Transformação
- Tabela A.8.2 - Produtividade do Trabalhador
- Tabela A.8.3 - Produtividade Hora Paga

### **A.9. Informalidade**

- Tabela A.9.1 - Participação dos Empregados sem Carteira Assinada na Ocupação Total por Região Metropolitana
- Tabela A.9.2 - Participação dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total por Região Metropolitana
- Tabela A.9.3 - Diferencial dos rendimentos dos empregados com e sem carteira assinada por região metropolitana
- Tabela A.9.4 - Diferencial dos rendimentos dos empregados com carteira assinada e trabalhadores por conta própria por região metropolitana

### **A.10. Atividade Sindical**

- Tabela A.10.1 - Número de Greves
- Tabela A.10.2 - Número de Grevistas
- Tabela A.10.3 - Número de Trabalhadores por Horas Paradas

## A.1 - População Economicamente Ativa

TABELA A.1.1  
PEA por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	4.208.466	6.885.836	1.269.144	1.426.707	1.065.954	992.087	15.848.195
Média 1992	4.183.108	6.938.833	1.286.908	1.425.139	1.088.418	1.009.493	15.931.898
Média 1993	4.228.284	6.936.090	1.297.896	1.466.221	1.101.360	1.026.800	16.056.650
Média 1994	4.235.085	7.094.547	1.408.734	1.528.699	1.099.679	1.065.000	16.431.743
Média 1995	4.283.585	7.282.190	1.404.441	1.599.872	1.111.122	1.073.470	16.754.682
Média 1996	4.342.119	7.603.345	1.451.736	1.642.070	1.123.584	1.110.754	17.273.609
Média 1997	4.325.935	7.598.853	1.455.926	1.735.468	1.137.912	1.114.136	17.368.230
Média jan/97-mai/97	4.312.419	7.599.461	1.428.989	1.716.758	1.110.701	1.091.948	17.260.276
Mai/97	4.326.314	7.614.294	1.460.263	1.767.992	1.126.368	1.119.509	17.414.740
Jun/97	4.309.099	7.598.371	1.462.096	1.769.876	1.122.935	1.126.840	17.389.217
Jul/97	4.284.101	7.679.292	1.447.433	1.763.255	1.125.326	1.130.688	17.430.095
Ago/97	4.273.688	7.652.208	1.456.690	1.752.404	1.162.566	1.128.003	17.425.559
Set/97	4.320.878	7.666.823	1.478.041	1.758.207	1.183.628	1.117.901	17.525.478
Out/97	4.380.032	7.658.458	1.481.673	1.749.939	1.189.985	1.135.229	17.595.316
Nov/97	4.416.266	7.542.611	1.508.575	1.738.362	1.163.652	1.134.657	17.504.123
Dez/97	4.365.064	7.391.168	1.491.653	1.709.784	1.153.350	1.136.576	17.247.595
Jan/98	4.407.654	7.563.239	1.476.473	1.748.509	1.161.706	1.136.457	17.494.038
Fev/98	4.367.108	7.499.975	1.467.296	1.735.862	1.087.608	1.103.672	17.261.521
Mar/98	4.428.198	7.737.364	1.481.639	1.784.348	1.160.058	1.122.871	17.714.478
Abr/98	4.391.492	7.754.847	1.487.848	1.760.482	1.208.442	1.104.417	17.707.528
Mai/98	4.435.703	7.813.145	1.506.561	1.781.405	1.200.382	1.115.981	17.853.177
Média jan/98-mai/98	4.406.031	7.673.714	1.483.963	1.762.121	1.163.639	1.116.680	17.606.148

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.2  
PEA por gênero

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	9.744.102	6.104.093
Média 1992	9.889.346	6.042.552
Média 1993	9.882.113	6.174.537
Média 1994	10.073.502	6.358.241
Média 1995	10.153.021	6.601.660
Média 1996	10.383.991	6.889.617
Média 1997	10.375.947	6.992.284
Média jan/97-mai/97	10.337.192	6.923.083
Mai/97	10.370.078	7.044.663
Jun/97	10.361.184	7.028.033
Jul/97	10.436.761	6.993.334
Ago/97	10.372.792	7.052.768
Set/97	10.479.094	7.046.385
Out/97	10.480.124	7.115.192
Nov/97	10.421.017	7.083.107
Dez/97	10.274.425	6.973.169
Jan/98	10.377.799	7.116.240
Fev/98	10.318.926	6.942.595
Mar/98	10.444.369	7.270.109
Abr/98	10.462.929	7.244.597
Mai/98	10.511.576	7.341.601
Média jan/98-mai/98	10.423.120	7.183.028

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.3  
PEA por faixa etária

	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	760.623	3.173.872	2.450.650	4.489.691	2.927.412	1.458.858	346.177	240.912
Média 1992	703.997	3.186.693	2.400.777	4.459.276	3.064.626	1.511.405	361.435	243.689
Média 1993	669.518	3.155.279	2.380.297	4.492.902	3.226.514	1.527.883	357.654	246.602
Média 1994	668.242	3.213.225	2.454.774	4.701.770	3.306.159	1.511.000	336.788	239.785
Média 1995	690.723	3.182.082	2.421.867	4.753.810	3.489.569	1.601.258	347.215	268.158
Média 1996	696.981	3.301.156	2.401.704	4.914.157	3.647.189	1.657.282	363.425	291.715
Média 1997	623.975	3.261.650	2.392.182	4.915.073	3.784.091	1.710.061	375.928	305.272
Média jan/97-mai/97	633.853	3.274.762	2.366.188	4.857.877	3.747.632	1.706.762	375.745	297.457
Mai/97	648.340	3.299.739	2.368.639	4.883.944	3.845.288	1.710.900	350.617	307.274
Jun/97	653.127	3.234.546	2.401.915	4.954.845	3.773.573	1.696.487	366.832	307.892
Jul/97	632.491	3.210.565	2.387.728	4.997.992	3.825.773	1.700.840	366.514	308.193
Ago/97	612.303	3.240.336	2.419.999	4.958.693	3.818.912	1.694.910	369.486	310.921
Set/97	611.036	3.261.113	2.450.871	4.964.822	3.804.736	1.744.654	380.367	307.881
Out/97	624.567	3.304.900	2.437.318	4.970.942	3.825.717	1.732.075	371.445	328.351
Nov/97	605.970	3.290.456	2.427.181	4.925.649	3.836.184	1.725.747	384.236	308.700
Dez/97	578.940	3.224.073	2.350.232	4.918.541	3.786.036	1.692.205	393.527	304.039
Jan/98	645.887	3.309.471	2.424.311	4.938.936	3.796.151	1.635.158	393.569	350.557
Fev/98	585.078	3.274.596	2.431.602	4.840.548	3.745.676	1.678.072	389.220	316.729
Mar/98	627.575	3.423.839	2.469.330	4.877.648	3.878.547	1.727.758	370.752	339.030
Abr/98	621.870	3.525.696	2.467.851	4.814.334	3.859.046	1.727.938	377.878	312.914
Mai/98	641.168	3.541.692	2.458.560	4.857.354	3.903.689	1.773.975	388.445	288.295
Média jan/98-mai/98	624.315	3.415.059	2.450.331	4.865.764	3.836.622	1.708.580	383.973	321.505

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.4  
Taxa de participação por região metropolitana (%)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	57,52	63,71	61,64	63,79	55,68	61,28	61,07
Média 1992	55,75	62,14	60,50	61,74	55,25	59,40	59,50
Média 1993	55,42	61,09	59,88	61,12	54,44	58,11	58,73
Média 1994	56,35	61,55	61,34	61,56	53,09	58,72	59,30
Média 1995	56,02	61,65	61,37	62,11	52,78	58,39	59,28
Média 1996	55,85	62,58	61,92	62,29	52,12	58,35	59,64
Média 1997	54,96	61,03	60,99	61,69	51,53	57,28	58,53
Média jan/97-mai/97	54,84	61,35	60,34	61,47	50,36	56,37	58,40
Mai/97	54,72	61,53	61,41	62,94	50,87	57,24	58,76
Jun/97	54,87	61,46	61,33	62,98	51,10	57,26	58,79
Jul/97	54,82	61,80	60,59	62,73	50,90	57,70	58,86
Ago/97	54,61	61,19	60,99	62,53	52,86	57,77	58,72
Set/97	54,96	60,98	61,57	62,29	53,40	57,27	58,76
Out/97	55,49	61,09	61,67	61,73	53,76	58,32	58,99
Nov/97	55,59	60,36	62,52	61,04	52,65	58,72	58,65
Dez/97	54,94	58,80	61,57	59,66	51,83	58,43	57,54
Jan/98	55,43	59,97	61,12	61,21	52,12	58,24	58,28
Fev/98	54,47	59,19	60,60	60,65	48,67	55,74	57,18
Mar/98	55,52	60,87	60,85	61,88	51,87	56,11	58,57
Abr/98	55,11	60,69	60,74	61,04	54,17	55,07	58,41
Mai/98	55,68	60,87	61,32	61,40	53,93	55,75	58,75
Média jan/98-mai/98	55,24	60,32	60,93	61,24	52,15	56,18	58,24

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.5

## Taxa de participação por gênero (%)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	79,98	44,28
Média 1992	78,35	42,69
Média 1993	77,16	42,51
Média 1994	77,20	43,35
Média 1995	76,67	43,92
Média 1996	76,26	44,86
Média 1997	74,66	44,29
Média jan/97-mai/97	74,78	43,97
Mai/97	74,79	44,64
Jun/97	74,90	44,62
Jul/97	74,98	44,54
Ago/97	74,68	44,65
Set/97	74,93	44,47
Out/97	74,80	44,96
Nov/97	74,43	44,68
Dez/97	73,30	43,67
Jan/98	74,09	44,42
Fev/98	73,26	43,08
Mar/98	74,05	45,01
Abr/98	73,97	44,77
Mai/98	74,07	45,31
Média jan/98-mai/98	73,89	44,52

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.1.6.

## Taxa de participação por faixa etária (%)

	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	35,83	68,58	74,80	74,59	71,73	52,78	32,28	12,00
Média 1992	32,67	66,76	73,49	73,85	70,58	51,75	31,43	11,37
Média 1993	29,97	65,99	73,42	74,15	70,33	51,24	30,40	10,86
Média 1994	28,99	65,10	74,32	75,20	71,65	51,54	29,12	10,79
Média 1995	28,70	65,21	74,77	75,33	72,41	52,21	29,69	11,25
Média 1996	28,00	65,90	75,29	76,15	72,80	52,76	30,80	11,66
Média 1997	24,43	64,32	75,36	75,99	72,13	52,13	30,62	11,46
Média jan/97-mai/97	24,91	64,08	74,71	75,64	72,04	52,27	30,93	11,26
Mai/97	25,33	64,98	75,46	76,10	72,55	52,20	30,07	11,34
Jun/97	25,72	64,94	75,74	76,40	72,34	51,37	30,76	11,42
Jul/97	24,81	64,83	75,76	76,27	73,09	52,30	30,11	11,37
Ago/97	23,96	64,91	75,56	76,34	72,66	51,68	30,28	11,58
Set/97	23,76	65,00	76,49	76,24	71,95	52,13	30,46	11,65
Out/97	24,32	65,12	76,33	76,61	71,96	52,75	30,06	12,27
Nov/97	23,67	63,95	76,31	76,33	71,75	52,43	30,56	11,79
Dez/97	22,37	62,60	74,58	75,56	71,62	51,58	30,57	11,13
Jan/98	25,41	63,77	74,49	76,19	71,69	50,37	31,22	12,73
Fev/98	22,62	62,44	74,72	75,45	70,53	50,61	30,25	11,37
Mar/98	24,26	65,34	75,09	76,70	72,15	51,52	29,65	12,10
Abr/98	23,84	65,74	75,28	76,14	71,36	51,23	30,65	11,41
Mai/98	24,71	65,77	75,71	76,56	71,58	51,89	30,85	10,71
Média jan/98-mai/98	24,17	64,61	75,06	76,21	71,46	51,12	30,52	11,66

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

## A.2 - Ocupação

TABELA A.2.1.  
Nível de ocupação por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	4.057.111	6.505.758	1.213.895	1.368.044	1.002.996	933.428	15.081.231
Média 1992	4.014.250	6.486.712	1.215.882	1.356.721	996.093	941.118	15.010.777
Média 1993	4.056.071	6.538.017	1.245.827	1.400.854	1.003.125	958.816	15.202.711
Média 1994	4.061.324	6.710.434	1.350.540	1.463.340	1.024.891	989.879	15.600.408
Média 1995	4.136.996	6.905.456	1.341.531	1.539.361	1.050.504	1.001.187	15.975.034
Média 1996	4.183.443	7.125.642	1.365.768	1.565.939	1.059.945	1.034.694	16.335.430
Média 1997	4.164.392	7.096.645	1.376.345	1.646.928	1.070.805	1.027.897	16.383.012
Média jan/97-mai/97	4.152.694	7.082.322	1.345.940	1.632.840	1.050.383	1.011.680	16.275.858
Mai/97	4.162.617	7.088.598	1.373.032	1.665.923	1.053.077	1.026.172	16.369.419
Jun/97	4.149.019	7.062.285	1.373.343	1.663.411	1.040.522	1.041.075	16.329.655
Jul/97	4.120.743	7.134.122	1.378.545	1.663.816	1.050.375	1.039.326	16.386.927
Ago/97	4.117.935	7.147.406	1.367.955	1.654.184	1.079.581	1.024.231	16.391.292
Set/97	4.167.451	7.167.404	1.398.410	1.664.063	1.109.544	1.030.277	16.537.149
Out/97	4.202.898	7.146.669	1.405.513	1.660.174	1.123.183	1.049.309	16.587.746
Nov/97	4.250.499	7.082.441	1.432.092	1.662.197	1.098.492	1.042.438	16.568.159
Dez/97	4.200.691	7.007.797	1.430.585	1.631.095	1.096.045	1.049.706	16.415.919
Jan/98	4.188.707	6.919.502	1.389.512	1.619.417	1.067.349	1.038.742	16.223.229
Fev/98	4.147.112	6.840.978	1.365.586	1.594.741	1.026.129	1.005.957	15.980.503
Mar/98	4.148.080	7.043.181	1.364.154	1.640.113	1.058.332	1.011.208	16.265.068
Abr/98	4.122.930	7.090.275	1.364.872	1.638.499	1.093.597	994.194	16.304.367
Mai/98	4.149.874	7.101.194	1.386.711	1.657.484	1.083.250	1.008.617	16.387.130
Média jan/93-mai/98	4.151.341	6.999.026	1.374.167	1.630.051	1.065.731	1.011.744	16.232.059

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.2  
Nível de ocupação por setor de atividade

	EXT. MIN.	IND. TR.	S.I.U.P.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBL.	AGRO.	OUTROS
Média 1991	36.144	3.348.188	176.549	1.083.333	2.195.681	5.382.887	1.460.841	113.978	1.283.631
Média 1992	35.479	3.082.649	177.347	1.121.110	2.194.223	5.488.279	1.515.874	112.640	1.283.176
Média 1993	32.299	3.075.942	177.932	1.076.255	2.272.518	5.639.194	1.538.441	112.913	1.277.217
Média 1994	37.455	3.079.025	170.080	1.129.093	2.358.312	5.877.612	1.545.485	121.841	1.281.504
Média 1995	31.986	3.115.809	163.627	1.108.262	2.440.445	6.166.619	1.531.924	121.401	1.294.960
Média 1996	29.513	2.979.089	155.741	1.160.477	2.503.514	6.470.735	1.602.481	105.053	1.328.828
Média 1997	31.139	2.864.626	149.253	1.146.879	2.527.574	6.587.973	1.606.916	98.374	1.370.278
Média jan/97-mai/97	28.603	2.888.961	144.217	1.136.414	2.526.607	6.493.506	1.596.977	102.901	1.357.671
Mai/97	32.779	2.902.301	153.380	1.135.837	2.527.074	6.573.757	1.621.069	99.377	1.323.846
Jun/97	33.747	2.862.323	151.723	1.136.602	2.527.585	6.517.489	1.636.998	98.643	1.364.545
Jul/97	37.479	2.854.839	159.849	1.132.012	2.495.139	6.621.675	1.610.113	93.479	1.382.342
Ago/97	34.004	2.799.615	159.347	1.126.104	2.558.125	6.634.617	1.626.370	92.129	1.360.982
Set/97	33.473	2.861.728	155.086	1.152.708	2.520.272	6.707.133	1.650.386	90.047	1.366.317
Out/97	35.333	2.918.533	151.112	1.158.726	2.505.815	6.714.628	1.583.599	98.290	1.421.710
Nov/97	28.178	2.874.184	145.148	1.177.860	2.533.762	6.727.016	1.602.187	97.944	1.381.880
Dez/97	28.443	2.759.486	147.681	1.196.458	2.557.156	6.665.586	1.588.457	95.450	1.377.202
Jan/98	27.482	2.773.867	138.523	1.097.443	2.530.711	6.645.785	1.546.951	87.722	1.374.746
Fev/98	31.621	2.726.773	148.617	1.100.093	2.462.692	6.538.438	1.541.659	78.128	1.352.481
Mar/98	24.249	2.815.983	142.015	1.099.581	2.443.470	6.714.273	1.574.625	86.233	1.364.639
Abr/98	29.892	2.776.239	138.463	1.169.893	2.435.251	6.707.763	1.553.367	90.285	1.403.213
Mai/98	24.547	2.822.174	148.847	1.152.470	2.433.340	6.661.832	1.602.832	94.239	1.446.848
Média jan/98-mai/98	27.558	2.783.007	143.293	1.123.896	2.461.093	6.653.618	1.563.887	87.322	1.388.385

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.3

## Nível de ocupação por posição na ocupação

	CC	SC	CP	EMPRESA	IGNORADO
Média 1991	8.100.113	3.138.779	3.031.013	667.918	143.408
Média 1992	7.736.477	3.325.838	3.142.996	652.557	152.909
Média 1993	7.717.174	3.495.476	3.183.870	660.391	145.801
Média 1994	7.698.589	3.693.913	3.389.385	656.849	161.673
Média 1995	7.743.111	3.847.728	3.507.169	716.085	160.941
Média 1996	7.632.617	4.050.282	3.720.662	752.617	179.253
Média 1997	7.603.265	4.065.808	3.810.842	739.232	163.865
Média jan/97-mai/97	7.569.712	4.051.110	3.737.371	744.880	172.785
Mai/97	7.578.453	4.106.493	3.741.818	769.388	173.268
Jun/97	7.625.297	4.068.889	3.708.849	748.393	178.228
Jul/97	7.648.955	4.014.460	3.830.084	740.763	152.665
Ago/97	7.719.512	4.013.898	3.767.950	732.965	156.967
Set/97	7.694.420	4.117.089	3.834.564	731.493	159.582
Out/97	7.638.357	4.096.303	3.957.063	734.152	161.871
Nov/97	7.592.245	4.093.494	3.994.357	741.767	146.296
Dez/97	7.471.834	4.130.014	3.950.380	716.847	146.844
Jan/98	7.540.823	3.973.591	3.823.712	724.390	160.712
Fev/98	7.417.926	3.986.407	3.687.238	745.938	142.994
Mar/98	7.477.082	4.071.115	3.777.561	761.521	177.788
Abr/98	7.480.560	4.216.928	3.665.336	772.692	168.851
Mai/98	7.553.155	4.203.449	3.707.677	757.642	165.206
Média jan/98-mai/98	7.493.909	4.090.298	3.732.305	752.437	163.111

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.4

## Nível de ocupação por gênero

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	9.275.868	5.805.363
Média 1992	9.332.246	5.678.531
Média 1993	9.372.919	5.829.793
Média 1994	9.588.012	6.012.396
Média 1995	9.693.032	6.282.002
Média 1996	9.864.371	6.471.059
Média 1997	9.828.342	6.554.669
Média jan/97-mai/97	9.792.772	6.483.086
Mai/97	9.791.802	6.577.617
Jun/97	9.767.653	6.562.002
Jul/97	9.865.745	6.521.182
Ago/97	9.786.701	6.604.591
Set/97	9.930.402	6.606.747
Out/97	9.918.253	6.669.493
Nov/97	9.896.781	6.671.378
Dez/97	9.810.709	6.605.210
Jan/98	9.680.642	6.542.587
Fev/98	9.585.399	6.395.104
Mar/98	9.668.610	6.596.458
Abr/98	9.710.337	6.594.030
Mai/98	9.736.566	6.650.564
Média jan/98-mai/98	9.676.311	6.555.749

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.5  
Nível de ocupação por faixa etária

	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	671.196	2.882.065	2.315.721	4.327.338	2.862.885	1.439.607	342.950	239.468
Média 1992	604.388	2.836.005	2.237.397	4.270.071	2.981.046	1.484.012	356.670	241.188
Média 1993	586.473	2.825.848	2.232.486	4.314.918	3.144.471	1.499.615	354.195	244.706
Média 1994	588.349	2.900.554	2.303.013	4.524.538	3.225.555	1.486.775	333.792	237.831
Média 1995	615.612	2.888.206	2.290.113	4.582.476	3.415.097	1.574.941	342.864	265.725
Média 1996	605.529	2.954.547	2.253.013	4.703.151	3.545.811	1.626.379	358.881	288.118
Média 1997	537.143	2.904.732	2.232.959	4.694.572	3.669.120	1.671.668	371.315	301.501
Média jan/97-mai/97	545.682	2.897.442	2.208.855	4.651.253	3.636.003	1.671.405	371.315	293.903
Mai/97	551.208	2.920.618	2.185.707	4.669.164	3.724.424	1.670.585	346.344	301.370
Jun/97	547.987	2.863.683	2.230.682	4.724.007	3.648.504	1.649.447	362.450	302.894
Jul/97	540.416	2.855.182	2.215.931	4.749.052	3.698.837	1.657.115	363.717	306.678
Ago/97	521.073	2.875.138	2.247.231	4.731.435	3.696.739	1.651.713	362.551	305.412
Set/97	530.448	2.907.328	2.288.640	4.736.873	3.687.391	1.705.370	376.623	304.475
Out/97	544.881	2.959.066	2.270.795	4.723.881	3.709.601	1.692.258	364.380	322.883
Nov/97	519.916	2.976.152	2.278.835	4.692.837	3.722.348	1.692.470	380.730	304.870
Dez/97	512.591	2.933.029	2.219.122	4.720.510	3.686.007	1.654.618	388.755	301.287
Jan/98	516.011	2.867.230	2.234.811	4.644.439	3.643.008	1.589.143	385.129	343.457
Fev/98	475.428	2.832.761	2.216.439	4.537.128	3.599.278	1.624.218	381.508	313.742
Mar/98	511.831	2.898.110	2.238.145	4.560.354	3.693.628	1.668.466	361.099	333.435
Abr/98	522.526	3.012.510	2.234.857	4.507.993	3.682.423	1.667.716	370.285	306.059
Mai/98	508.249	3.024.831	2.225.132	4.536.911	3.719.199	1.711.931	375.783	285.094
Média jan/98-mai/98	506.809	2.927.088	2.229.877	4.557.365	3.667.507	1.652.295	374.761	316.358

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.2.6  
Nível de ocupação por grau de instrução

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	5.878.403	3.847.265	3.202.251	2.153.312
Média 1992	5.646.197	3.863.969	3.293.742	2.206.870
Média 1993	5.489.234	3.971.740	3.457.760	2.283.978
Média 1994	5.526.679	4.142.516	3.599.424	2.331.788
Média 1995	5.446.139	4.271.083	3.812.055	2.445.757
Média 1996	5.228.892	4.422.069	4.062.443	2.622.026
Média 1997	4.920.843	4.386.951	4.313.935	2.761.281
Média jan/97-mai/97	5.052.253	4.298.679	4.219.213	2.705.714
Mai/97	4.996.809	4.275.360	4.351.542	2.745.708
Jun/97	4.919.778	4.307.567	4.351.011	2.751.299
Jul/97	4.893.897	4.393.337	4.345.291	2.754.402
Ago/97	4.829.295	4.385.317	4.391.437	2.785.243
Set/97	4.862.681	4.423.229	4.363.914	2.887.325
Out/97	4.846.238	4.543.610	4.368.790	2.829.107
Nov/97	4.779.556	4.554.225	4.398.221	2.836.156
Dez/97	4.657.412	4.542.732	4.452.498	2.763.277
Jan/98	4.531.670	4.468.596	4.485.010	2.737.953
Fev/98	4.460.629	4.315.601	4.440.811	2.763.462
Mar/98	4.485.103	4.400.053	4.531.232	2.848.679
Abr/98	4.493.373	4.347.814	4.576.947	2.886.233
Mai/98	4.515.735	4.394.489	4.603.086	2.873.819
Média jan/98-mai/98	4.497.302	4.385.311	4.527.417	2.822.029

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

## A.4 - Desemprego

TABELA A.4.1.1

## Taxa de desemprego aberto por região metropolitana - PME (%)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	3,59	5,52	4,35	4,11	5,90	5,91	4,84
Média 1992	4,04	6,51	5,51	4,81	8,46	6,77	5,78
Média 1993	4,07	5,74	4,02	4,46	8,91	6,62	5,32
Média 1994	4,11	5,42	4,13	4,29	6,81	7,06	5,06
Média 1995	3,42	5,17	4,47	3,78	5,46	6,73	4,65
Média 1996	3,65	6,29	5,92	4,64	5,66	6,84	5,43
Média 1997	3,73	6,60	5,47	5,09	5,89	7,73	5,67
Méd. jan/97-mai/97	3,70	6,80	5,81	4,88	5,43	7,34	5,70
Mai/97	3,78	6,90	5,97	5,77	6,51	8,34	6,00
Jun/97	3,71	7,06	6,07	6,02	7,34	7,61	6,09
Jul/97	3,81	7,10	4,76	5,64	6,66	8,08	5,98
Ago/97	3,64	6,60	6,09	5,60	7,14	9,20	5,94
Set/97	3,55	6,51	5,39	5,35	6,26	7,84	5,64
Out/97	4,04	6,68	5,14	5,13	5,61	7,57	5,73
Nov/97	3,75	6,10	5,07	4,38	5,60	8,13	5,35
Dez/97	3,77	5,19	4,09	4,60	4,97	7,64	4,82
Jan/98	4,97	8,51	5,89	7,38	8,12	8,60	7,26
Fev/98	5,04	8,79	6,93	8,13	5,65	8,85	7,42
Mar/98	6,33	8,97	7,93	8,08	8,77	9,94	8,18
Abr/98	6,12	8,57	8,27	6,93	9,50	9,98	7,92
Mai/98	6,44	9,11	7,96	6,96	9,76	9,62	8,21
Méd. jan/98-mai/98	5,78	8,79	7,39	7,50	8,36	9,40	7,80

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.1.2

## Taxa de desemprego aberto por região metropolitana - PED (%)

	SP	DF	PA	CTBA	BH	FTZ
Média 1991	7,92	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,36
Média 1992	9,13	10,09	8,37	n.d.	n.d.	12,61
Média 1993	8,68	9,86	7,32	n.d.	n.d.	11,90
Média 1994	8,13	9,83	7,97	5,85	n.d.	10,63
Média 1995	8,95	10,64	7,98	7,13	n.d.	9,09
Média 1996	9,93	10,99	9,06	8,72	7,85	10,52
Média 1997	10,16	10,94	9,51	n.d.	8,62	11,21
Mai/97	10,70	12,10	9,80	10,90	9,10	11,55
Jun/97	10,50	11,30	10,20	10,40	8,90	12,05
Jul/97	10,20	10,70	10,40	10,30	8,80	12,12
Ago/97	10,20	10,70	10,70	10,30	9,20	12,29
Set/97	10,50	10,80	9,90	10,10	9,20	11,34
Out/97	10,50	11,00	9,10	10,10	9,10	10,91
Nov/97	10,50	11,00	8,50	9,90	8,30	10,23
Dez/97	10,20	11,00	8,90	9,60	7,90	10,29
Jan/98	10,30	11,20	9,10	n.d.	8,00	10,77
Fev/98	11,10	12,00	9,80	n.d.	8,90	11,54
Mar/98	12,00	12,40	10,60	n.d.	n.d.	n.d.
Abr/98	12,50	12,50	11,40	n.d.	n.d.	n.d.
Mai/98	12,40	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.1.3  
Taxa de desemprego oculto por desalento - PED (%)

	SP	DF	PA	CTBA	BH	FTZ
Média 1991	0,88	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	1,33	2,50	1,34	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	1,32	2,55	1,25	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	0,93	2,20	0,98	0,90	n.d.	n.d.
Média 1995	0,93	2,05	0,78	0,99	n.d.	n.d.
Média 1996	1,25	2,73	1,01	0,95	1,53	n.d.
Média 1997	1,46	2,97	1,10	n.d.	1,63	n.d.
Mai/97	1,30	2,80	1,30	n.d.	1,60	n.d.
Jun/97	1,50	2,90	1,10	n.d.	1,80	n.d.
Jul/97	1,60	3,10	1,10	n.d.	1,80	n.d.
Ago/97	1,70	3,10	1,00	n.d.	1,70	n.d.
Set/97	1,60	2,90	0,90	n.d.	1,50	n.d.
Out/97	1,50	2,80	1,00	n.d.	1,40	n.d.
Nov/97	1,40	2,80	1,10	n.d.	1,50	n.d.
Dez/97	1,60	2,90	1,20	n.d.	1,50	n.d.
Jan/98	1,80	3,00	1,30	n.d.	1,70	n.d.
Fev/98	1,90	3,30	1,30	n.d.	n.d.	n.d.
Mar/98	1,80	3,20	1,30	n.d.	n.d.	n.d.
Abr/98	1,70	3,00	1,40	n.d.	n.d.	n.d.
Mai/98	1,80	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.1.4  
Taxa de desemprego oculto por precariedade - PED (%)

	SP	DF	PA	CTBA	BH	FTZ
Média 1991	2,83	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1992	4,46	2,94	4,54	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1993	4,66	2,76	3,76	n.d.	n.d.	n.d.
Média 1994	3,03	2,58	2,40	2,40	n.d.	n.d.
Média 1995	3,27	2,78	1,92	2,48	n.d.	n.d.
Média 1996	3,79	3,23	2,84	3,26	3,31	n.d.
Média 1997	4,05	3,69	2,73	n.d.	2,94	n.d.
Mai/97	3,90	3,50	3,00	n.d.	3,00	n.d.
Jun/97	3,90	3,50	2,90	n.d.	3,00	n.d.
Jul/97	3,80	4,10	2,70	n.d.	3,00	n.d.
Ago/97	4,00	4,20	2,50	n.d.	2,80	n.d.
Set/97	4,20	4,50	2,30	n.d.	3,00	n.d.
Out/97	4,40	4,70	2,50	n.d.	3,00	n.d.
Nov/97	4,60	4,70	2,70	n.d.	3,20	n.d.
Dez/97	4,70	4,60	2,90	n.d.	3,40	n.d.
Jan/98	4,50	4,40	2,60	n.d.	3,70	n.d.
Fev/98	4,20	4,20	2,60	n.d.	n.d.	n.d.
Mar/98	4,30	4,10	2,60	n.d.	n.d.	n.d.
Abr/98	4,70	3,80	2,60	n.d.	n.d.	n.d.
Mai/98	4,70	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.1.5

**Taxa de desemprego total - PED (%)**

	SP	DF	PA	CTBA	BH	FTZ
Média 1991	11,63	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	12,09
Média 1992	14,93	15,45	14,06	n.d.	n.d.	13,30
Média 1993	14,68	15,17	12,09	n.d.	n.d.	12,53
Média 1994	14,30	14,62	11,33	9,15	n.d.	11,37
Média 1995	13,16	15,47	10,78	10,61	n.d.	9,88
Média 1996	14,97	16,95	13,03	12,93	12,70	11,34
Média 1997	15,72	17,81	13,36	14,22	13,23	12,50
Mai/97	16,00	18,20	14,10	14,80	13,80	12,37
Jun/97	16,00	17,70	14,20	14,60	13,80	13,42
Jul/97	15,70	17,90	14,20	14,50	13,60	13,72
Ago/97	15,90	18,00	14,20	14,70	13,80	14,10
Set/97	16,30	18,20	13,10	14,30	13,70	12,90
Out/97	16,50	18,50	12,60	14,10	13,50	12,29
Nov/97	16,60	18,50	12,30	13,70	13,00	11,57
Dez/97	16,60	18,50	13,00	13,40	12,80	11,68
Jan/98	16,60	18,60	13,00	n.d.	13,40	12,29
Fev/98	17,20	19,50	13,70	n.d.	14,50	13,13
Mar/98	18,10	19,70	14,50	n.d.	15,30	n.d.
Abr/98	18,90	19,30	15,40	n.d.	15,90	n.d.
Mai/98	18,90	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação Seade/DIEESE e do SINE/CE.

TABELA A.4.2

**Taxa de desemprego por gênero - PME (%)**

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	4,81	4,89
Média 1992	5,63	6,03
Média 1993	5,15	5,59
Média 1994	4,82	5,45
Média 1995	4,53	4,84
Média 1996	5,01	6,08
Média 1997	5,28	6,26
Média jan/97-mai/97	5,27	6,35
Mai/97	5,58	6,63
Jun/97	5,73	6,63
Jul/97	5,47	6,75
Ago/97	5,65	6,35
Set/97	5,24	6,24
Out/97	5,36	6,26
Nov/97	5,03	5,81
Dez/97	4,51	5,28
Jan/98	6,72	8,06
Fev/98	7,11	7,89
Mar/98	7,43	9,27
Abr/98	7,19	8,98
Mai/98	7,37	9,41
Média jan/98-mai/98	7,16	8,72

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/ABGE.

TABELA A.4.3  
Taxa de desemprego por setor de atividade - PME (%)

	IND. TR.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTROS
Média 1991	6,48	5,61	5,34	4,75	0,63
Média 1992	7,67	6,86	6,26	5,63	0,85
Média 1993	6,59	6,59	5,66	5,23	0,86
Média 1994	6,25	6,03	5,42	5,05	0,80
Média 1995	5,85	5,45	5,04	4,64	0,77
Média 1996	6,90	5,94	6,02	5,50	0,79
Média 1997	7,05	6,23	6,37	5,76	0,92
Média jan/97-mai/97	7,10	6,21	6,33	5,81	0,95
Mai/97	7,03	7,06	6,87	6,06	1,02
Jun/97	8,00	6,67	7,19	5,90	1,04
Jul/97	7,51	5,71	6,94	6,16	1,02
Ago/97	7,50	7,27	5,99	6,08	0,95
Set/97	6,58	6,07	6,91	5,86	0,79
Out/97	6,94	6,23	6,68	5,89	0,93
Nov/97	6,63	6,18	5,83	5,41	0,85
Dez/97	5,91	5,54	5,27	4,78	0,68
Jan/98	8,97	7,81	7,51	7,18	0,95
Fev/98	9,34	8,07	8,02	7,51	1,10
Mar/98	9,80	9,21	9,08	8,19	1,12
Abr/98	9,57	9,17	8,39	8,03	0,92
Mai/98	9,24	9,82	8,45	8,56	1,25
Média jan/98-mai/98	9,39	8,81	8,29	7,89	1,07

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.4  
Taxa de desemprego por posição na família - PME (%)

	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS
Média 1991	3,08	2,59	9,38	6,16
Média 1992	3,66	3,38	11,01	7,16
Média 1993	3,39	3,08	10,04	6,83
Média 1994	3,22	3,11	9,72	6,68
Média 1995	2,95	2,87	8,97	5,67
Média 1996	3,42	3,79	10,02	7,25
Média 1997	3,70	3,90	10,36	7,08
Méd. jan/97-mai/97	3,54	3,94	10,69	7,26
Mai/97	3,68	4,42	11,36	6,93
Jun/97	3,93	4,41	11,31	6,84
Jul/97	4,26	3,90	10,68	6,45
Ago/97	4,09	4,12	10,44	7,34
Set/97	3,83	3,66	10,09	7,33
Out/97	3,94	3,94	10,06	7,31
Nov/97	3,59	3,79	9,45	6,98
Dez/97	3,09	3,26	8,86	6,44
Jan/98	4,61	5,17	13,21	9,44
Fev/98	4,96	5,24	13,22	8,72
Mar/98	5,40	5,98	14,46	10,15
Abr/98	5,31	6,22	13,53	9,31
Mai/98	5,42	6,43	14,21	9,55
Méd. jan/98-mai/98	5,14	5,81	13,73	9,43

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.5.

**Taxa de desemprego por faixa etária - PME (%)**

	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	11,73	9,18	5,50	3,62	2,21	1,32	0,93	0,59
Média 1992	14,10	11,00	6,80	4,24	2,73	1,81	1,31	1,01
Média 1993	12,38	10,44	6,21	3,96	2,55	1,85	0,96	0,76
Média 1994	12,01	9,72	6,18	3,77	2,45	1,60	0,89	0,82
Média 1995	10,88	9,23	5,44	3,60	2,13	1,64	1,25	0,91
Média 1996	13,09	10,49	6,20	4,29	2,78	1,87	1,25	1,23
Média 1997	13,90	10,94	6,65	4,48	3,04	2,25	1,23	1,23
Méd. jan/97-mai/97	13,92	11,51	6,65	4,25	2,98	2,07	1,18	1,18
Mai/97	14,98	11,49	7,72	4,40	3,14	2,36	1,22	1,92
Jun/97	16,10	11,47	7,13	4,66	3,31	2,77	1,19	1,62
Jul/97	14,56	11,07	7,19	4,98	3,32	2,57	0,76	0,49
Ago/97	14,90	11,27	7,14	4,58	3,20	2,55	1,88	1,77
Set/97	13,19	10,85	6,62	4,59	3,08	2,25	0,98	1,11
Out/97	12,76	10,46	6,83	4,97	3,04	2,30	1,90	1,67
Nov/97	14,20	9,55	6,11	4,73	2,97	1,93	0,91	1,24
Dez/97	11,46	9,03	5,58	4,03	2,64	2,22	1,21	0,91
Jan/98	20,11	13,36	7,82	5,96	4,03	2,81	2,14	2,03
Fev/98	18,74	13,49	8,85	6,27	3,91	3,21	1,98	0,94
Mar/98	18,44	15,35	9,36	6,51	4,77	3,43	2,60	1,65
Abr/98	15,98	14,56	9,44	6,36	4,58	3,49	2,01	2,19
Mai/98	20,73	14,59	9,49	6,60	4,73	3,50	3,26	1,11
Méd. jan/98-mai/98	18,80	14,27	8,99	6,34	4,40	3,29	2,40	1,58

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.6.

**Taxa de desemprego por grau de instrução - PME (%)**

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	3,88	7,03	5,37	2,59
Média 1992	4,62	8,56	6,50	2,52
Média 1993	4,33	7,40	6,19	2,57
Média 1994	4,03	7,03	6,00	2,41
Média 1995	3,57	6,47	5,60	2,24
Média 1996	4,15	7,30	6,61	2,85
Média 1997	4,46	7,65	6,84	2,66
Méd. jan/97-mai/97	4,36	7,59	7,20	2,64
Mai/97	4,41	8,41	7,39	2,66
Jun/97	4,88	8,53	6,98	2,79
Jul/97	4,66	8,09	7,24	2,77
Ago/97	5,08	8,31	6,30	2,91
Set/97	4,58	7,64	6,80	2,39
Out/97	4,45	7,64	6,88	2,85
Nov/97	4,29	7,37	6,13	2,49
Dez/97	3,82	6,21	5,81	2,52
Jan/98	5,56	9,73	8,22	4,22
Fev/98	6,01	9,14	8,94	4,34
Mar/98	6,76	10,00	10,25	3,97
Abr/98	6,33	10,10	9,62	4,12
Mai/98	6,66	10,10	10,28	4,10
Méd. jan/98-mai/98	6,26	9,81	9,46	4,15

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.7

**Composição do desemprego por gênero (%)**

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	61,05	38,95
Média 1992	60,48	39,52
Média 1993	59,63	40,37
Média 1994	58,40	41,60
Média 1995	59,00	41,00
Média 1996	55,39	44,61
Média 1997	55,58	44,42
Média jan/97-mai/97	55,30	44,70
Mai/97	55,32	44,68
Jun/97	56,02	43,98
Jul/97	54,74	45,26
Ago/97	56,67	43,33
Set/97	55,52	44,48
Out/97	55,76	44,24
Nov/97	56,01	43,99
Dez/97	55,76	44,24
Jan/98	54,86	45,14
Fev/98	57,26	42,74
Mar/98	53,52	46,48
Abr/98	53,64	46,36
Mai/98	52,86	47,14
Média jan/98-mai/98	54,35	45,65

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.8

## Composição do desemprego por setor de atividade (%)

	IND. TR.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTROS	IGNORADO
Média 1991	30,25	8,38	16,15	35,03	2,52	7,66
Média 1992	27,84	8,98	15,88	35,60	2,90	8,81
Média 1993	25,43	8,89	15,97	36,42	3,18	10,10
Média 1994	24,65	8,73	16,22	37,59	3,04	9,77
Média 1995	24,78	8,21	16,61	38,52	3,14	8,73
Média 1996	23,54	7,80	17,09	40,08	2,72	8,77
Média 1997	22,07	7,73	17,47	40,88	3,06	8,80
Média jan/97-mai/97	22,43	7,64	17,36	40,69	3,15	8,72
Mai/97	21,01	8,25	17,83	40,54	3,17	9,20
Jun/97	23,50	7,66	18,48	38,59	3,27	8,50
Jul/97	22,23	6,57	17,85	41,69	3,25	8,40
Ago/97	21,96	8,53	15,77	41,49	3,03	9,22
Set/97	20,41	7,54	18,93	42,25	2,65	8,22
Out/97	21,59	7,65	17,79	41,71	3,05	8,21
Nov/97	21,82	8,29	16,75	41,10	3,00	9,03
Dez/97	20,84	8,43	17,09	40,25	2,66	10,73
Jan/98	21,52	7,32	16,18	40,46	2,40	12,12
Fev/98	21,94	7,54	16,76	41,47	2,74	9,55
Mar/98	21,10	7,69	16,84	41,33	2,49	10,54
Abr/98	20,95	8,41	15,89	41,73	2,12	10,91
Mai/98	19,60	8,56	15,33	42,53	2,86	11,12
Média jan/98-mai/98	20,98	7,93	16,19	41,53	2,52	10,85

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.9

## Composição do desemprego por posição na família (%)

	CHEFE	CÔNJUGE	FILHO	OUTROS
Média 1991	32,06	9,02	50,14	8,79
Média 1992	31,94	9,71	50,09	8,26
Média 1993	32,18	9,72	50,05	8,05
Média 1994	32,26	10,88	48,85	8,01
Média 1995	31,88	11,06	49,89	7,16
Média 1996	31,22	12,77	47,89	8,13
Média 1997	33,13	12,53	46,53	7,81
Méd. jan/97-mai/97	30,90	12,53	49,18	7,39
Mai/97	30,45	13,63	49,07	6,85
Jun/97	32,11	13,47	47,77	6,65
Jul/97	35,45	12,01	46,22	6,32
Ago/97	34,39	12,72	45,54	7,34
Set/97	33,77	11,87	46,86	7,51
Out/97	34,09	12,75	45,69	7,47
Nov/97	33,27	13,15	45,95	7,63
Dez/97	31,71	12,54	47,99	7,76
Jan/98	31,20	13,20	47,70	7,90
Fev/98	32,97	12,84	46,97	7,22
Mar/98	32,32	13,56	46,31	7,81
Abr/98	32,69	14,32	45,58	7,41
Mai/98	32,09	14,42	46,24	7,24
Méd. jan/98-mai/98	32,26	13,70	46,53	7,51

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.10

## Composição do desemprego por faixa etária (%)

	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	11,66	38,05	17,59	21,17	8,41	2,51	0,42	0,19
Média 1992	10,81	38,07	17,74	20,54	9,07	2,97	0,52	0,27
Média 1993	9,72	38,58	17,31	20,84	9,61	3,31	0,41	0,22
Média 1994	9,61	37,61	18,26	21,32	9,70	2,91	0,36	0,24
Média 1995	9,63	37,69	16,90	21,98	9,55	3,38	0,56	0,31
Média 1996	9,75	36,94	15,85	22,49	10,81	3,29	0,48	0,38
Média 1997	8,81	36,23	16,16	22,38	11,67	3,90	0,47	0,38
Méd. jan/97-mai/97	8,96	38,33	15,98	20,99	11,34	3,59	0,45	0,36
Mai/97	9,29	36,27	17,50	20,55	11,56	3,86	0,41	0,56
Jun/97	9,92	35,00	16,16	21,79	11,80	4,44	0,41	0,47
Jul/97	8,83	34,07	16,47	23,86	12,17	4,19	0,27	0,15
Ago/97	8,82	35,31	16,70	21,97	11,81	4,18	0,67	0,53
Set/97	8,15	35,80	16,41	23,06	11,87	3,97	0,38	0,34
Out/97	7,91	34,32	16,53	24,52	11,52	3,95	0,70	0,54
Nov/97	9,19	33,58	15,85	24,87	12,16	3,56	0,37	0,41
Dez/97	7,98	34,99	15,76	23,81	12,03	4,52	0,57	0,33
Jan/98	10,22	34,80	14,91	23,17	12,05	3,62	0,66	0,56
Fev/98	8,56	34,49	16,80	23,69	11,43	4,20	0,60	0,23
Mar/98	7,99	36,27	15,95	21,89	12,76	4,09	0,67	0,39
Abr/98	7,08	36,57	16,61	21,83	12,59	4,29	0,54	0,49
Mai/98	9,07	35,26	15,92	21,86	12,58	4,23	0,86	0,22
Méd. jan/98-mai/98	8,55	35,51	16,04	22,44	12,31	4,10	0,67	0,37

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.11

## Composição do desemprego por grau de instrução (%)

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	30,95	37,92	23,66	7,47
Média 1992	29,66	39,27	24,88	6,19
Média 1993	29,06	37,17	26,70	7,07
Média 1994	27,89	37,63	27,54	6,93
Média 1995	25,85	37,92	29,04	7,19
Média 1996	24,16	37,06	30,62	8,17
Média 1997	23,34	36,84	32,16	7,66
Méd. jan/97-mai/97	23,39	35,87	33,29	7,45
Mai/97	22,07	37,56	33,20	7,17
Jun/97	23,84	37,90	30,80	7,46
Jul/97	22,93	37,06	32,49	7,51
Ago/97	24,97	38,41	28,56	8,06
Set/97	23,63	37,03	32,20	7,14
Out/97	22,39	37,31	32,05	8,25
Nov/97	22,90	38,70	30,67	7,73
Dez/97	22,23	36,16	33,03	8,57
Jan/98	20,99	37,91	31,59	9,50
Fev/98	22,27	33,91	34,05	9,78
Mar/98	22,42	33,72	35,72	8,13
Abr/98	21,65	34,81	34,71	8,83
Mai/98	21,98	33,66	35,97	8,38
Méd. jan/98-mai/98	21,88	34,74	34,49	8,89

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.12

## Composição do desemprego por meses sem trabalho (%)

	<1	1-3	3-6	6-12	>=12
Média 1991	12,09	31,90	27,41	16,19	12,41
Média 1992	8,99	27,12	27,14	19,56	17,19
Média 1993	9,38	26,00	25,63	18,92	20,08
Média 1994	10,29	27,82	24,48	18,13	19,27
Média 1995	11,86	30,27	26,28	16,58	15,01
Média 1996	9,73	27,04	26,32	19,25	17,67
Média 1997	8,61	25,94	25,17	20,59	19,69
Méd. jan/97-mai/97	8,76	27,74	27,68	18,56	17,26
Mai/97	7,70	25,62	27,49	20,58	18,61
Jun/97	8,35	23,81	23,91	22,64	21,28
Jul/97	6,94	25,94	23,07	23,44	20,61
Ago/97	10,34	25,37	22,92	21,16	20,21
Set/97	8,05	25,44	24,72	22,57	19,22
Out/97	8,41	24,88	23,21	21,92	21,58
Nov/97	8,20	23,62	22,74	22,53	22,92
Dez/97	9,40	23,26	23,00	19,56	24,78
Jan/98	9,52	24,49	22,02	16,81	27,16
Fev/98	6,95	24,76	22,72	18,32	27,25
Mar/98	7,01	23,17	27,04	17,22	25,57
Abr/98	7,92	21,02	26,90	18,93	25,22
Mai/98	7,66	21,44	27,05	20,87	22,97
Méd. jan/98-mai/98	7,79	22,90	25,28	18,48	25,55

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.4.13

## Composição do desemprego por meses de duração (%)

	<1	1-3	3-6	6-12	>=12
Média 1991	17,92	37,61	26,65	13,77	4,05
Média 1992	14,01	33,75	28,12	17,61	6,51
Média 1993	14,73	32,31	27,83	17,27	7,86
Média 1994	14,84	33,35	26,49	17,44	7,88
Média 1995	15,97	35,26	27,34	15,54	5,90
Média 1996	13,68	32,11	28,13	18,22	7,86
Média 1997	13,47	31,53	26,67	19,48	8,85
Méd. jan/97-mai/97	13,92	33,31	28,63	16,68	7,46
Mai/97	11,71	31,30	29,41	19,48	8,10
Jun/97	12,92	29,16	26,50	22,09	9,34
Jul/97	11,85	31,15	25,75	21,44	9,80
Ago/97	15,02	31,57	25,14	19,48	8,79
Set/97	13,46	31,33	24,74	21,52	8,95
Out/97	12,91	31,57	23,81	21,07	10,63
Nov/97	11,92	28,55	25,25	23,73	10,56
Dez/97	14,05	28,00	25,75	21,10	11,09
Jan/98	16,69	30,75	22,07	16,08	14,41
Fev/98	11,93	31,99	23,96	18,76	13,36
Mar/98	12,50	29,84	28,68	16,24	12,74
Abr/98	12,13	27,02	30,27	18,11	12,47
Mai/98	11,98	26,11	29,83	20,20	11,88
Méd. jan/98-mai/98	12,98	29,04	27,15	17,91	12,93

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

## A.5 - Seguro Desemprego

TABELA A.5.1

## Cobertura e valor médio do benefício (V.M.B.)

	REQUERENTES	SEGURADOS	TAXA DE HABILITAÇÃO	V.M.B.(*)	V.M.B.(**)
1991	3.724.840	3.498.235	93,92	1,83	146,82
1992	4.015.225	3.895.157	97,01	1,69	145,87
1993	3.825.547	3.756.365	98,19	1,41	133,34
1994	4.091.318	4.029.718	98,49	1,55	137,33
1995	4.789.262	4.736.940	98,91	1,54	150,54
1996	4.393.366	4.348.166	98,97	1,56	158,70
1997	4.398.086	4.320.784	98,24	1,57	164,38
Média jan/97-abr/97	390.660	386.477	98,93	1,58	159,92
Abr/97	417.897	411.051	98,36	1,59	159,12
Mai/97	362.848	356.401	98,22	1,54	164,94
Jun/97	361.538	354.355	98,01	1,55	165,44
Jul/97	379.889	371.265	97,73	1,56	166,21
Ago/97	347.171	338.124	97,39	1,57	167,32
Set/97	365.700	357.434	97,74	1,57	167,15
Out/97	357.543	349.534	97,76	1,58	167,73
Nov/97	317.817	311.122	97,89	1,58	167,48
Dez/97	342.941	336.641	98,16	1,58	166,53
Jan/98	385.965	378.451	98,05	1,59	166,17
Fev/98	341.892	335.794	98,22	1,58	164,24
Mar/98	431.470	422.028	97,81	1,58	163,44
Abr/98	367.980	359.856	97,79	1,59	163,74
Média jan/98-abr/98	381.827	374.032	97,96	1,59	164,40

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTB/DOPS/DCSDAS/SPES. (\*) Valor Médio do Benefício em salários mínimos. (\*\*) Valor Médio do Benefício em R\$ de dezembro de 1995.

## A.7 - Rendimentos

TABELA A.7.1

**Renda real média por região metropolitana**  
(em reais de dez/1995)

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	446,90	620,95	442,97	429,70	292,01	385,80	506,05
Média 1992	376,41	518,47	356,76	373,50	245,46	304,27	422,63
Média 1993	402,27	586,66	394,68	409,76	274,08	336,77	469,22
Média 1994	409,55	646,46	435,60	392,17	258,42	289,34	494,42
Média 1995	461,06	679,70	511,95	440,92	297,52	304,51	537,32
Média 1996	514,03	698,18	525,81	460,62	335,64	329,98	567,05
Média 1997	528,59	696,19	543,39	480,01	356,23	354,42	575,17
Média jan/97-abr/97	515,96	671,48	533,59	461,65	324,94	333,76	556,00
Abr/97	511,42	670,58	525,01	482,63	346,39	355,54	558,16
Mai/97	525,44	685,52	531,01	483,49	363,22	364,06	570,24
Jun/97	519,15	684,27	532,76	486,98	365,89	358,32	568,89
Jul/97	520,32	690,92	547,56	479,31	376,33	357,92	573,21
Ago/97	525,10	711,00	544,31	479,15	385,53	356,52	582,81
Set/97	532,99	698,41	554,44	475,56	356,58	352,95	576,99
Out/97	550,26	701,21	555,47	474,84	367,40	381,54	584,93
Nov/97	551,85	724,44	556,71	492,78	352,67	368,89	595,08
Dez/97	554,09	772,56	564,10	541,37	407,42	377,85	625,93
Jan/98	518,69	725,85	541,64	472,54	366,17	361,70	585,05
Fev/98	504,77	709,15	546,30	451,59	349,78	363,10	572,50
Mar/98	508,46	682,32	549,65	459,44	334,36	362,06	561,99
Abr/98	515,05	680,06	535,68	454,34	321,68	342,52	558,76
Média jan/98-abr/98	511,74	699,34	543,32	459,48	343,00	357,34	569,57

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.2

**Renda real média por setor de atividade**  
(em reais de dez/1995)

	EXT.MIN.	IND.TR.	S.I.U.P.	CONS. CIV.	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM.PÚBL.	AGRO.	OUTROS
Média 1991	740,58	586,25	813,75	391,65	435,23	400,76	651,23	319,89	732,77
Média 1992	788,92	523,67	768,22	314,64	345,62	331,23	510,10	229,95	629,60
Média 1993	877,41	586,32	821,18	333,09	390,08	364,24	543,26	265,24	732,85
Média 1994	892,29	593,34	832,81	339,41	427,64	396,20	580,04	296,73	744,46
Média 1995	911,02	614,25	812,99	397,57	468,51	449,97	643,19	419,13	749,11
Média 1996	927,88	641,69	853,82	425,01	495,86	490,50	666,83	405,47	803,73
Média 1997	920,98	643,54	872,17	431,47	501,13	501,79	696,67	385,80	799,41
Média jan/97-abr/97	867,17	614,09	893,97	432,87	482,49	485,83	654,99	372,57	787,29
Abr/97	804,78	603,85	852,42	454,39	490,13	488,74	660,42	294,26	791,77
Mai/97	800,72	632,41	853,28	431,41	506,96	493,40	669,97	384,62	807,56
Jun/97	884,83	631,32	846,13	420,49	497,06	499,77	674,81	331,98	785,79
Jul/97	908,94	646,55	833,17	417,20	493,42	510,77	682,38	359,62	778,27
Ago/97	891,63	647,73	802,68	424,33	507,89	518,67	690,52	387,66	819,74
Set/97	995,71	642,17	865,35	433,93	505,85	506,31	718,55	385,69	790,85
Out/97	1.070,24	658,15	920,33	425,05	502,08	504,37	748,52	517,27	807,65
Nov/97	953,29	672,92	887,66	457,46	514,42	512,26	752,59	398,54	812,42
Dez/97	1.077,68	734,92	881,56	436,29	555,97	532,60	802,71	373,95	841,47
Jan/98	1.283,41	644,90	782,27	434,77	510,10	512,32	738,13	327,82	799,45
Fev/98	1.267,07	636,63	790,48	417,33	484,65	503,93	724,73	394,67	796,39
Mar/98	1.011,03	621,57	796,05	381,79	477,72	498,35	712,84	373,46	797,55
Abr/98	690,65	605,43	780,25	382,78	465,82	501,94	701,42	384,63	784,29
Média jan/98-abr/98	1.063,04	627,13	787,26	404,16	484,57	504,13	719,28	370,15	794,42

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.3

**Renda real média por posição na ocupação**  
(em reais de dez/1995)

	CC	SC	CP	EMPRE
Média 1991	529,89	384,69	384,98	1.451,65
Média 1992	471,18	307,31	304,34	1.111,57
Média 1993	520,76	334,62	341,86	1.311,35
Média 1994	519,74	350,27	383,81	1.695,51
Média 1995	533,22	399,78	460,96	1.817,76
Média 1996	570,12	423,39	490,03	1.830,47
Média 1997	580,10	438,46	496,84	1.803,88
Média jan/97-abr/98	555,98	427,62	482,38	1.735,06
Abr/97	555,03	427,43	485,92	1.763,81
Mai/97	565,26	435,84	493,44	1.868,06
Jun/97	570,42	423,86	496,69	1.829,65
Jul/97	579,51	420,46	506,15	1.810,90
Ago/97	589,71	434,07	511,18	1.849,93
Set/97	587,45	430,47	511,58	1.765,49
Out/97	595,75	452,27	498,55	1.786,89
Nov/97	599,44	466,48	510,12	1.880,72
Dez/97	649,72	487,61	504,89	1.914,65
Jan/98	575,53	458,81	500,01	1.886,88
Fev/98	579,75	434,71	496,46	1.748,82
Mar/98	565,30	430,59	477,05	1.772,72
Abr/98	564,25	424,35	457,52	1.867,02
Média jan/98-abr/98	571,21	437,11	482,76	1.818,86

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.4

**Renda real média por gênero**  
(em reais de dez/1995)

	MASCULINO	FEMININO
Média 1991	596,68	354,97
Média 1992	495,98	297,86
Média 1993	545,96	335,36
Média 1994	576,32	346,08
Média 1995	625,34	378,81
Média 1996	659,00	411,40
Média 1997	665,95	423,82
Média jan/97-abr/97	644,67	406,84
Abr/97	650,35	406,05
Mai/97	658,55	420,55
Jun/97	654,15	422,83
Jul/97	661,17	428,52
Ago/97	676,54	425,18
Set/97	672,59	422,99
Out/97	680,84	428,57
Nov/97	683,99	444,77
Dez/97	724,93	465,02
Jan/98	678,61	430,68
Fev/98	667,34	422,54
Mar/98	653,53	414,44
Abr/98	644,55	416,66
Média jan/98-abr/98	661,01	421,08

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.5

**Renda real média por faixa etária**  
(em reais de dez/1995)

	15-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
Média 1991	150,10	283,50	451,40	584,49	665,70	611,44	554,17	550,41
Média 1992	128,62	241,31	383,29	492,17	545,17	491,38	424,02	418,78
Média 1993	139,94	263,95	420,12	542,73	600,08	534,93	488,64	484,68
Média 1994	132,82	261,82	419,22	552,40	666,96	578,71	526,96	554,49
Média 1995	147,39	285,02	455,90	589,19	707,80	657,49	587,19	582,43
Média 1996	158,20	301,02	474,60	620,96	739,78	712,42	654,24	649,82
Média 1997	151,60	301,58	479,35	617,98	749,90	726,92	664,21	660,65
Média jan/97-abr/97	154,47	293,17	461,31	603,96	722,53	694,05	599,63	649,53
Abr/97	150,85	290,58	460,67	600,94	737,33	699,11	567,34	693,56
Mai/97	153,08	295,52	472,44	606,83	761,24	689,93	646,57	705,28
Jun/97	144,84	293,47	468,77	620,30	735,67	692,53	665,67	729,19
Jul/97	149,02	304,17	466,32	610,94	759,22	715,18	646,80	699,44
Ago/97	146,11	300,48	484,54	623,00	754,87	765,40	733,01	595,78
Set/97	142,96	296,31	485,66	617,29	760,35	754,96	708,10	565,62
Out/97	147,99	307,33	479,26	622,84	767,18	759,48	739,45	638,16
Nov/97	147,16	314,38	502,87	626,11	772,35	756,44	736,68	736,14
Dez/97	170,08	334,64	547,08	672,57	797,82	812,94	695,70	660,04
Jan/98	154,12	311,43	492,78	610,56	755,61	778,93	707,11	652,49
Fev/98	150,01	298,61	476,12	615,36	719,63	764,51	657,67	781,34
Mar/98	151,05	297,73	469,60	599,11	704,77	781,04	678,71	734,11
Abr/98	142,77	299,13	463,04	599,44	697,14	746,28	693,24	763,90
Média jan/98-abr/98	149,48	301,73	475,39	606,12	719,29	767,69	684,18	732,96

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.6

**Renda real média por grau de instrução**  
(em reais de dez/1995)

	0-4	5-8	9-11	>=12
Média 1991	297,39	349,26	556,42	1.292,82
Média 1992	247,87	289,13	468,67	1.060,32
Média 1993	268,89	316,67	511,95	1.201,89
Média 1994	268,76	321,94	535,24	1.312,27
Média 1995	300,99	357,20	555,39	1.369,03
Média 1996	318,30	366,04	573,25	1.408,34
Média 1997	317,18	368,51	561,83	1.407,72
Média jan/97-abr/97	318,57	363,39	543,12	1.340,47
Abr/97	306,80	360,54	542,17	1.379,04
Mai/97	315,50	362,47	551,05	1.402,64
Jun/97	306,27	363,98	551,88	1.423,71
Jul/97	311,43	361,12	557,42	1.419,62
Ago/97	315,60	362,32	564,03	1.437,59
Set/97	314,13	367,10	575,00	1.405,35
Out/97	317,17	364,63	582,96	1.434,43
Nov/97	317,11	381,66	579,60	1.475,52
Dez/97	334,71	405,29	607,56	1.531,89
Jan/98	303,14	367,09	564,37	1.441,04
Fev/98	296,83	355,98	540,79	1.422,27
Mar/98	298,79	347,67	535,88	1.355,73
Abr/98	300,12	347,24	533,19	1.350,53
Média jan/98-abr/98	299,72	354,49	543,56	1.392,39

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.7.7

**Salário mínimo real**  
(em reais de dez/1995)

	S.M.R.
Média 1991	80,34
Média 1992	86,31
Média 1993	94,57
Média 1994	88,60
Média 1995	97,76
Média 1996	101,59
Média 1997	104,58
Média jan/97-mai/97	102,21
Mai/97	107,11
Jun/97	106,73
Jul/97	106,54
Ago/97	106,57
Set/97	106,47
Out/97	106,16
Nov/97	106,00
Dez/97	105,40
Jan/98	104,51
Fev/98	103,95
Mar/98	103,44
Abr/98	102,98
Mai/98	110,76
Média jan/98-mai/98	105,13

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTB.

## A.8 - Produtividade

TABELA A.8.1  
Produtividade na indústria de transformação

	PRODUTIVIDADE HORA PAGA	PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR
Média 1991	100,00	100,00
Média 1992	104,63	104,13
Média 1993	114,68	114,17
Média 1994	127,62	126,22
Média 1995	133,52	130,46
Média 1996	150,25	148,04
Média 1997	169,91	166,02
Média jan/97-mar/97	159,55	155,52
Mar/97	157,55	161,21
Abr/97	163,71	158,38
Mai/97	166,74	162,95
Jun/97	170,05	165,64
Jul/97	176,69	174,71
Ago/97	178,94	176,60
Set/97	184,62	181,20
Out/97	191,18	188,42
Nov/97	174,53	169,69
Dez/97	153,79	148,08
Jan/98	155,76	148,81
Fev/98	157,63	147,34
Mar/98	179,93	173,50
Média jan/98-mar/98	156,70	148,07

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital & Trabalho da PUC-RJ.

TABELA A.8.2  
Produtividade do trabalhador  
(Índice: média 1991=100)

	INDÚSTRIA GERAL	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	MINERAIS NÃO METÁLICOS	METALURGIA	MECÂNICA	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE TRANSPORTE	PAPELE PAPELAO	BORRACHA
Média 1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Média 1992	104,49	109,45	104,13	93,08	107,91	94,93	103,23	102,23	101,75	104,61
Média 1993	115,11	128,36	114,17	102,97	117,24	115,82	120,63	119,85	107,63	111,01
Média 1994	126,08	148,25	126,22	114,29	133,15	135,18	144,68	133,42	121,54	119,11
Média 1995	130,60	166,59	130,46	125,15	127,15	131,01	159,19	135,81	126,64	125,86
Média 1996	149,07	206,25	148,05	147,56	139,39	139,55	179,33	161,09	136,60	153,84
Média 1997	164,83	230,76	166,02	159,94	160,21	170,76	178,44	182,04	145,70	180,59
Md. 1-3/97	146,73	211,93	155,52	149,29	165,67	176,11	136,07	155,64	144,40	164,53
Mar/97	155,46	204,22	161,21	148,40	169,37	198,06	122,52	151,95	143,76	171,23
Abr/97	159,80	223,52	158,38	157,83	153,27	163,96	191,80	196,66	141,08	181,37
Mai/97	164,83	239,77	162,95	164,26	155,47	160,77	184,81	190,57	146,53	182,62
Jun/97	166,86	232,98	165,64	155,38	156,13	170,67	192,32	199,98	138,15	187,59
Jul/97	175,93	244,96	174,71	166,49	160,69	165,25	194,28	201,46	141,31	202,01
Ago/97	177,59	242,46	176,60	169,12	160,00	170,89	200,15	198,75	149,21	191,25
Set/97	181,48	232,88	181,20	166,62	163,25	179,31	215,59	215,08	149,18	184,02
Out/97	187,60	222,49	188,42	173,75	170,97	192,16	210,98	224,29	154,06	199,81
Nov/97	170,69	228,68	169,69	161,27	159,83	176,88	197,79	170,34	149,33	186,03
Dez/97	152,95	265,56	148,08	156,66	145,88	140,83	145,34	120,49	146,31	158,81
Jan/98	153,05	259,92	148,81	156,49	147,26	148,66	146,64	151,50	145,40	170,73
Fev/98	150,70	239,44	147,34	143,70	144,98	157,27	163,30	146,67	139,84	177,11
Mar/98	176,73	269,32	173,50	166,42	167,62	183,54	206,10	192,21	153,97	208,35
Md. 1-3/98	160,16	256,23	156,55	155,54	153,29	163,16	172,01	163,46	146,40	185,40

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ.

TABELA A.8.2

**Produtividade do trabalhador (continuação)**  
(Índice: média 1991=100)

	QUÍMICA	FARMACÊUTICA	PERF., SABÕES E VELAS	MATERIAS PLÁSTICAS	TÊXTIL	VESTUÁRIO E CALÇADOS	ALIMENTAÇÃO	BEBIDAS	FUMO
Média 1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Média 1992	106,83	91,09	115,48	98,23	113,15	107,62	103,62	88,61	103,79
Média 1993	119,47	103,00	124,53	96,29	114,67	113,33	110,89	105,68	124,40
Média 1994	131,79	103,56	127,81	101,59	122,16	115,22	119,34	122,78	131,31
Média 1995	135,71	122,39	120,66	117,50	119,01	123,25	127,83	135,70	129,98
Média 1996	152,67	111,19	128,19	139,05	143,36	145,47	138,67	135,00	143,18
Média 1997	170,40	127,70	137,96	154,84	151,21	153,87	152,37	148,35	156,37
Méd. 1-3/97	149,48	116,17	131,11	144,37	138,36	141,22	137,27	132,13	121,41
Mar/97	154,72	120,32	140,32	142,33	137,57	145,61	141,51	131,79	119,73
Abr/97	142,24	136,20	143,20	151,88	161,56	142,45	131,39	173,08	211,19
Mai/97	169,98	122,10	131,88	146,29	159,41	136,59	142,40	143,95	215,52
Jun/97	171,28	145,01	134,95	142,45	156,08	141,54	145,76	141,72	227,01
Jul/97	185,99	150,37	145,09	156,26	166,37	159,36	165,76	152,80	243,04
Ago/97	195,69	125,23	142,49	158,67	163,32	155,46	170,53	148,68	173,68
Set/97	190,16	130,81	149,88	170,75	162,84	170,63	171,84	154,82	125,68
Out/97	195,66	134,72	150,61	180,10	166,20	188,62	181,82	156,99	122,75
Nov/97	175,26	131,38	135,37	167,99	148,23	185,97	158,17	154,51	108,96
Dez/97	170,11	108,05	128,66	150,56	115,50	142,14	148,93	157,27	84,33
Jan/98	166,13	100,90	140,45	155,17	134,09	122,21	135,85	141,51	96,91
Fev/98	154,98	111,07	131,30	149,80	147,44	124,68	125,28	123,20	151,69
Mar/98	170,03	126,56	158,85	172,71	175,00	158,30	144,06	166,36	203,34
Méd. 1-3/98	163,71	112,84	143,53	159,23	152,18	135,06	135,06	143,69	150,65

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ.

TABELA A.8.3

**Produtividade hora paga**  
(Índice: média 1991=100)

	INDÚSTRIA GERAL	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANS- FORMAÇÃO	MINERAIS NÃO METÁLICOS	METALURGIA	MECÂNICA	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE TRANSPORTE	PAPELE PAPELÃO	BORRACHA
Média 1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Média 1992	104,92	105,37	104,63	93,43	108,85	95,80	105,84	102,29	102,17	102,14
Média 1993	115,63	125,11	114,68	103,69	116,87	116,93	119,61	116,77	108,88	108,09
Média 1994	127,43	145,23	127,62	115,70	132,71	138,86	141,97	132,55	122,21	110,78
Média 1995	133,56	163,99	133,52	127,43	131,29	133,57	158,68	140,87	127,06	114,13
Média 1996	151,38	207,61	150,27	148,28	144,95	141,59	174,45	166,07	136,74	134,57
Média 1997	169,19	229,37	169,91	162,63	162,08	166,05	179,24	189,35	157,36	158,10
Méd. 1-3/97	152,88	222,37	159,55	156,97	153,64	155,01	150,90	174,38	149,46	146,62
Mar/97	159,80	232,69	157,55	144,05	158,87	165,97	174,48	186,63	147,62	151,43
Abr/97	165,09	223,60	163,71	159,83	159,58	168,58	192,88	201,83	150,10	155,18
Mai/97	168,59	238,92	166,74	164,80	161,81	163,70	182,66	193,70	154,35	158,49
Jun/97	171,25	231,20	170,05	158,13	165,20	172,61	189,63	204,75	150,26	161,11
Jul/97	177,84	238,78	176,69	167,37	165,54	160,64	188,55	202,80	153,57	177,63
Ago/97	179,80	232,90	178,94	170,00	164,83	169,59	191,75	200,84	162,58	164,00
Set/97	184,79	227,15	184,62	168,15	170,53	176,99	210,74	218,63	164,50	164,05
Out/97	190,16	214,05	191,18	173,34	174,89	190,57	204,58	225,18	171,96	174,14
Nov/97	175,43	222,56	174,53	162,05	167,48	176,82	195,21	175,30	167,96	162,73
Dez/97	158,68	256,21	153,79	156,95	154,19	148,12	142,12	125,98	164,72	140,03
Jan/98	160,02	250,66	155,76	156,60	157,48	155,18	144,27	159,64	166,45	152,63
Fev/98	161,09	241,36	157,63	147,98	157,83	165,18	163,29	162,45	162,37	161,04
Mar/98	183,14	265,71	179,93	161,57	177,40	186,16	203,46	199,85	174,26	178,51
Méd. 1-3/98	168,08	252,57	164,44	155,38	164,24	168,84	170,34	173,98	167,69	164,06

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ.

TABELA A.8.3

**Produtividade hora paga (continuação)**  
(Índice: média 1991=100)

	QUÍMICA	FARMACÊUTICA	PERF., SABÕES E VELAS	MATERIAS PLÁSTICAS	TÊXTIL	VESTUÁRIO E CALÇADOS	ALIMENTAÇÃO	BEBIDAS	FUMO
Média 1991	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Média 1992	107,16	92,03	114,43	95,30	113,82	108,59	104,20	87,64	99,53
Média 1993	121,32	104,45	126,78	94,85	115,18	113,32	112,67	104,02	118,45
Média 1994	135,88	106,21	124,83	99,21	128,24	113,43	122,27	123,37	130,33
Média 1995	139,30	122,85	121,02	115,11	126,07	126,71	131,31	137,59	127,62
Média 1996	156,00	110,48	128,27	137,97	151,25	142,68	143,10	136,73	140,96
Média 1997	175,84	130,62	141,99	159,59	162,31	160,31	155,93	150,02	160,18
Méd. 1-3/97	154,61	120,11	136,16	149,72	153,60	143,23	138,75	133,67	152,51
Mar/97	155,68	129,06	145,79	148,02	157,04	141,25	128,06	129,02	195,94
Abr/97	150,93	138,04	147,24	156,07	174,67	149,14	138,38	177,68	210,05
Mai/97	177,06	124,56	135,07	150,45	168,34	143,36	145,46	147,57	210,31
Jun/97	178,34	148,86	138,57	145,98	167,16	148,82	149,46	143,50	221,55
Jul/97	191,73	153,56	147,55	159,33	174,74	163,86	169,20	154,31	232,00
Ago/97	200,28	127,34	146,39	162,76	172,02	162,68	172,86	149,40	156,73
Set/97	194,61	132,83	153,02	175,90	173,51	179,36	175,14	156,25	118,78
Out/97	197,37	137,10	153,53	183,76	174,03	196,73	186,44	157,38	122,39
Nov/97	179,73	134,55	140,30	174,18	159,54	197,20	163,18	155,37	107,91
Dez/97	176,17	110,27	133,72	157,52	122,87	152,83	154,77	157,79	84,90
Jan/98	175,54	102,55	144,75	162,99	143,92	132,07	142,35	142,52	108,68
Fev/98	170,47	114,32	135,63	162,07	162,02	139,50	134,13	128,95	167,56
Mar/98	180,63	127,07	160,80	181,92	186,22	169,55	150,13	172,51	204,26
Méd. 1-3/98	175,55	114,65	147,06	168,99	164,05	147,04	142,20	147,99	160,17

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Boletim Economia, Capital e Trabalho da PUC-RJ.

## A.9 - Informalidade

TABELA A.9.1

## Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	23,36	19,09	17,84	20,99	24,75	21,10	20,81
Média 1992	25,31	20,45	18,38	21,75	26,22	21,58	22,15
Média 1993	26,10	21,51	18,61	23,13	26,49	21,77	22,99
Média 1994	26,58	22,02	19,31	24,23	27,86	23,65	23,67
Média 1995	26,36	22,94	20,14	24,06	26,69	25,09	24,08
Média 1996	26,73	24,04	20,79	25,12	27,08	24,52	24,79
Média 1997	26,09	24,40	20,69	25,53	27,36	24,27	24,82
Média jan/97-mai/97	25,94	24,86	20,41	25,41	27,29	23,43	24,89
Mai/97	26,29	24,96	20,22	26,01	27,22	23,93	25,09
Jun/97	26,02	24,76	20,66	25,40	27,61	23,77	24,92
Jul/97	25,51	23,87	20,70	26,48	26,85	24,27	24,50
Ago/97	26,33	23,23	21,19	26,80	26,87	24,05	24,49
Set/97	26,73	23,88	20,83	25,73	28,11	25,29	24,90
Out/97	26,25	23,95	20,92	24,77	27,88	25,06	24,69
Nov/97	26,48	23,86	20,61	25,17	26,66	26,07	24,71
Dez/97	26,07	24,93	21,38	25,00	27,91	25,56	25,16
Jan/98	25,48	24,06	21,18	24,57	26,91	25,21	24,49
Fev/98	25,84	24,63	21,94	25,40	28,49	23,16	24,95
Mar/98	25,63	24,84	22,39	25,26	29,36	22,57	25,03
Abr/98	25,86	25,73	22,92	26,20	31,62	23,97	25,86
Mai/98	25,85	25,41	23,43	26,08	29,85	24,32	25,65
Média jan/98-mai/98	25,73	24,93	22,37	25,50	29,25	23,85	25,20

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.2

## Participação dos trabalhadores por conta própria na ocupação total por região metropolitana

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	21,96	17,35	20,69	21,47	24,16	23,97	20,10
Média 1992	22,59	18,31	22,23	21,64	26,02	23,94	20,94
Média 1993	22,78	17,84	22,05	21,67	27,18	25,26	20,94
Média 1994	23,35	18,82	22,19	22,33	27,13	27,59	21,72
Média 1995	23,75	19,04	22,32	21,92	28,71	27,05	21,95
Média 1996	24,06	20,29	24,03	22,59	28,17	27,72	22,77
Média 1997	24,95	21,06	23,70	22,41	27,73	27,75	23,26
Média jan/97-mai/97	24,31	20,47	23,95	22,73	28,47	28,25	22,96
Mai/97	24,26	20,57	24,05	22,37	27,12	27,78	22,86
Jun/97	24,44	20,54	23,10	22,48	25,70	27,42	22,71
Jul/97	24,99	21,61	23,46	22,03	27,00	27,44	23,37
Ago/97	24,81	21,09	23,09	21,40	27,22	26,86	22,99
Set/97	25,04	21,13	23,27	22,21	27,21	27,10	23,19
Out/97	25,77	22,12	23,55	22,16	27,20	27,53	23,86
Nov/97	26,26	22,03	24,05	22,49	28,58	27,40	24,11
Dez/97	26,53	21,81	24,15	22,45	27,55	28,03	24,06
Jan/98	26,26	21,06	24,68	22,06	26,82	27,02	23,57
Fev/98	25,90	20,29	22,95	21,86	27,78	27,62	23,07
Mar/98	26,41	20,66	22,40	22,15	26,53	27,41	23,22
Abr/98	25,48	20,22	21,86	20,51	26,06	26,29	22,48
Mai/98	25,76	20,23	21,31	20,83	26,63	27,08	22,63
Média jan/98-mai/98	25,96	20,49	22,64	21,48	26,76	27,09	22,99

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.3

**Diferencial dos rendimentos dos empregados com e sem carteira assinada por região metropolitana**

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	20,42	45,51	0,46	25,07	53,05	85,61	38,01
Média 1992	30,99	64,54	7,18	50,12	53,04	97,26	52,39
Média 1993	30,11	71,17	6,43	41,67	63,10	87,40	54,05
Média 1994	22,84	62,15	-0,05	42,40	46,76	71,26	47,33
Média 1995	16,26	45,86	-6,64	17,16	30,34	40,14	33,28
Média 1996	16,14	51,65	-2,65	20,39	26,72	32,58	34,90
Média 1997	18,82	46,07	-2,09	20,80	21,49	32,73	32,78
Média jan/97-abr/97	17,90	43,24	-3,03	17,67	18,58	30,35	30,39
Abr/97	15,54	45,34	-3,94	15,91	11,59	39,27	30,06
Mai/97	16,66	42,72	0,63	22,79	16,40	23,89	30,03
Jun/97	15,73	51,64	-0,53	25,91	23,59	34,85	34,66
Jul/97	16,80	57,04	2,70	21,68	19,98	42,63	37,98
Ago/97	26,71	49,30	-7,24	25,11	14,40	25,11	36,52
Set/97	21,54	53,30	-2,87	22,06	32,90	21,33	37,68
Out/97	20,61	45,26	-4,31	16,57	15,34	35,35	32,27
Nov/97	16,16	40,23	-5,73	18,91	17,36	44,13	29,60
Dez/97	19,98	40,39	4,41	25,89	43,59	44,08	33,11
Jan/98	15,59	33,81	3,83	17,91	5,09	35,54	25,95
Fev/98	18,54	47,15	5,33	17,02	12,88	45,66	33,87
Mar/98	11,99	46,76	2,85	17,23	23,25	34,20	31,16
Abr/98	27,98	40,65	5,49	17,42	18,51	45,15	33,23
Média jan/98-abr/98	18,53	42,09	4,37	17,39	14,93	40,14	31,05

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

TABELA A.9.4

**Diferencial dos rendimentos dos empregados com carteira assinada e trabalhadores por conta própria por região metropolitana**

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	TOTAL
Média 1991	42,07	24,69	1,56	45,59	70,07	92,37	41,15
Média 1992	49,33	42,27	9,31	70,75	93,19	92,95	58,02
Média 1993	62,91	39,07	-9,25	63,19	91,37	86,51	55,93
Média 1994	45,39	21,03	-12,79	43,70	67,53	81,48	38,34
Média 1995	17,50	2,94	-1,02	18,43	38,50	50,17	15,84
Média 1996	18,82	5,44	0,44	22,07	43,13	39,66	16,36
Média 1997	19,56	7,91	-1,52	19,16	43,18	43,55	16,86
Média jan/97-abr/97	16,18	6,44	-2,56	22,29	37,02	39,04	15,64
Abr/97	10,41	7,78	-2,12	12,07	42,03	55,95	14,54
Mai/97	17,23	7,69	-3,99	10,97	38,26	36,01	14,79
Jun/97	15,80	8,35	-3,74	15,48	35,93	45,26	15,35
Jul/97	20,21	3,49	-3,17	15,19	61,68	44,91	13,79
Ago/97	24,68	4,76	-4,15	17,76	32,94	36,11	15,12
Set/97	22,93	4,08	-3,19	16,74	51,54	48,07	15,59
Out/97	22,58	11,07	-1,61	15,49	47,29	64,79	19,11
Nov/97	22,47	7,72	5,18	16,29	35,49	48,95	17,63
Dez/97	24,14	21,98	6,66	32,83	66,90	42,34	28,34
Jan/98	18,43	2,21	8,97	23,29	46,41	31,06	14,45
Fev/98	19,88	6,39	15,32	11,19	35,66	35,79	17,46
Mar/98	19,81	10,55	4,74	13,38	47,16	37,01	18,64
Abr/98	23,56	15,44	6,85	27,23	49,91	34,87	22,99
Média jan/98-abr/98	20,42	8,65	8,97	18,77	44,79	34,68	18,38

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE.

## A.10 - Atividade sindical

TABELA A.10.1  
Número de greves

	1993		1994		1995		1996		1997		1998		
	NÃO** CONTADAS	CONTADAS	NÃO CONTADAS	CONTADAS	NÃO CONTADAS	CONTADAS	NÃO CONTADAS	CONTADAS	NÃO CONTADAS	CONTADAS	NÃO CONTADAS		
Jan	18	30	17	37	9	50	17	85	20	48	19	34	5
Fev	13	21	10	30	16	51	25	87	18	47	12	38	7
Mar	11	22	18	68	38	81	28	85	18	57	13	46	20
Abr	17	38	23	123	73	68	34	89	23	43	15		
Mai	24	31	34	53	63	102	33	90	34	28	23		
Jun	17	31	26	40	34	59	26	50	21	41	22		
Jul	10	40	26	24	16	57	10	88	18	48	23		
Ago	17	36	27	42	19	57	21	57	28	36	17		
Set	20	39	25	65	30	42	19	48	25	46	11		
Out	22	31	22	34	27	52	15	63	29	41	16		
Nov	26	28	27	66	37	59	38	100	83	37	3		
Dez	18	37	14	52	38	94	18	67	32	17	6		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE. Obs.: Em nov/95, ocorreram 39 greves que não foram computadas devido a impossibilidade do cálculo do número de grevistas e da razão Trabalhadores/Hora Parados. \*Com informações do número de grevistas e tempo de duração do movimento. \*\*Sem informações suficientes para incluí-las no cálculo de grevistas e trabalhadores/hora parados

TABELA A.10.2  
Número de grevistas

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Jan	89.397	11.614	35.999	47.252	29.124	21.630	18.959
Fev	219.330	113.449	11.495	88.427	32.351	34.628	121.274
Mar	124.031	411.763	420.792	320.450	122.099	59.389	138.487
Abr	629.024	440.784	280.037	509.342	404.808	39.564	
Mai	262.770	1.408.010	216.482	744.672	891.512	24.663	
Jun	292.867	642.363	220.864	154.325	96.836	160.108	
Jul	147.355	144.539	57.587	87.527	206.032	112.165	
Ago	143.335	804.113	92.079	68.637	188.249	94.253	
Set	198.357	649.665	807.248	66.893	233.433	236.258	
Out	394.967	293.484	508.991	132.554	224.270	42.224	
Nov	269.045	162.863	524.527	338.352	213.474	58.810	
Dez	48.938	12.378	89.948	96.199	61992	12.268	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE. Obs.: Em nov/95, ocorreram 39 greves que não foram computadas devido a impossibilidade do cálculo do número de grevistas e da razão Trabalhadores/Hora Parados.

TABELA A.10.3  
Trabalhadores/Hora parados  
(EM MILHARES)

	1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998	
	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**	NÃO AJUST.*	AJUST.**
Jan	7055	nd	5579	nd	628	693	1856	1863	1079	1609	853	856	333	n.d.
Fev	10948	nd	8041	nd	595	664	2494	2510	1236	3953	919	1129	1943	n.d.
Mar	8625	nd	64107	nd	8599	14255	8579	9312	12342	14530	2809	3372	17545	n.d.
Abr	29501	nd	86410	nd	12766	13280	52787	54006	36004	37146	899	1204		
Mai	15877	nd	169096	nd	6796	6851	73462	73637	48620	48987	506	1003		
Jun	12462	nd	33738	nd	1018	10473	6657	6723	7198	7936	13608	13333		
Jul	8088	nd	8766	nd	8942	8942	4657	4781	8582	11502	2673	5117		
Ago	2627	nd	41586	nd	2677	2698	2474	2492	10803	17057	2782	2768		
Set	7823	nd	74547	nd	34463	34476	4641	4668	11765	17425	24311	24503		
Out	18287	nd	57539	nd	30660	30660	5488	5448	6459	7589	940	933		
Nov	18088	nd	4817	nd	7246	7282	7369	7369	6478	6806	452	692		
Dez	1334	nd	420	nd	3982	3982	4428	4428	1327	1327	262	238		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE. Obs.: Em nov/95, ocorreram 39 greves que não foram computadas devido a impossibilidade do cálculo do número de grevistas e da razão Trabalhadores/Hora Parados. \*Cálculo publicado mensalmente no Boletim DIEESE. \*\*Cálculo com acréscimo de informações obtidas após fechamento de cada edição do Boletim.

## Glossário de abreviações utilizadas nas tabelas do Anexo Estatístico

### Regiões metropolitanas:

RJ: Rio de Janeiro  
SP: São Paulo  
PA: Porto Alegre  
BH: Belo Horizonte  
RE: Recife  
SA: Salvador  
DF: Distrito Federal  
CTBA: Curitiba  
FTZ: Fortaleza

### Posições na ocupação:

CC: empregados com carteira assinada  
SC: empregados sem carteira assinada  
CP: trabalhadores por conta-própria  
EMPRES: empregadores

### Setores de atividade:

Ext. Min.: Indústria da Extrativa Mineral  
Ind. Tr.: Indústria de Transformação  
S.I.U.P.: Serviços Industriais de Utilidade Pública  
Cons. Civ.: Construção Civil  
Adm.Públ.: Administração Pública  
Agro.: Agropecuária

